

# DO CONCURSO À CONSTRUÇÃO DA IGREJA

João Alves da Cunha

*Arquiteto*

João Luís Marques

*Arquiteto*

→  
O terreno escolhido  
para a igreja.  
Arquivo da ISCJ.



## 1. Primeiros passos para uma nova igreja

No início da segunda metade do século XX, a paróquia do Coração de Jesus, em Lisboa, contava com cerca de 20.000 habitantes. A igreja paroquial situava-se na Rua de Santa Marta, erguida no final do século XVIII, segundo o traço do arquiteto Manuel Caetano de Sousa<sup>1</sup>.

Quando a 9 de janeiro de 1955, o Pe. Luís Martins Aparício<sup>2</sup> tomou posse como novo pároco do Sagrado Coração de Jesus, deparou-se com os 300 lugares do velho templo insuficientes para o desenvolvimento de uma pastoral viva e dinâmica. Surgia então o sonho de uma nova igreja capaz de acolher toda a vida paroquial. A ideia contou com o apoio importante de um grupo de paroquianos, pelo que logo se escolheu terreno para uma nova construção, abdicando da antiga igreja que acabaria por ser demolida. O novo terreno, situado entre as ruas de Santa Marta e Camilo Castelo Branco, ocupava um lugar central na paróquia. Depois da Câmara Municipal de Lisboa ter confirmado a viabilidade de construção da igreja, o terreno foi adquirido, em 1956, por 7.000 contos.

Ao mesmo tempo, procurava o Patriarcado de Lisboa conhecer o seu território paroquial através dos primeiros estudos de Sociologia Religiosa, sob coordenação do P. Manuel Falcão. A par da caracterização da prática dominical, procurou-se identificar as carências e potencialidades do património construído. Foi a partir dos dados recolhidos que, no último quartel da década de 1950, o Pe. Manuel Falcão redesenhou um novo mapa administrativo paroquial num plano pioneiro concertado com o município de Lisboa, que então redefinia também as suas freguesias<sup>3</sup>. No caso do Sagrado Coração de Jesus, eram reconhecidas as limitações da igreja existente, assim como a transformação daquele território, nomeadamente a perda de população residente ao mesmo tempo que o sector terciário ganhava presença<sup>4</sup>. Havia pois que encontrar uma resposta arquitetónico-pastoral para aquela nova circunstância urbanístico-social.

## 2. Concurso Público e Curso de Arquitetura Sacra

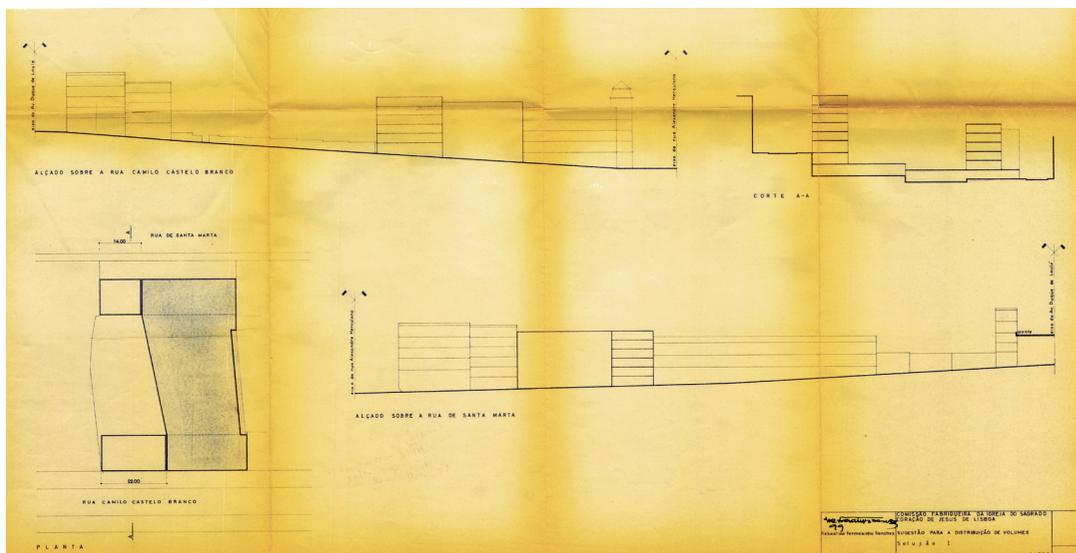
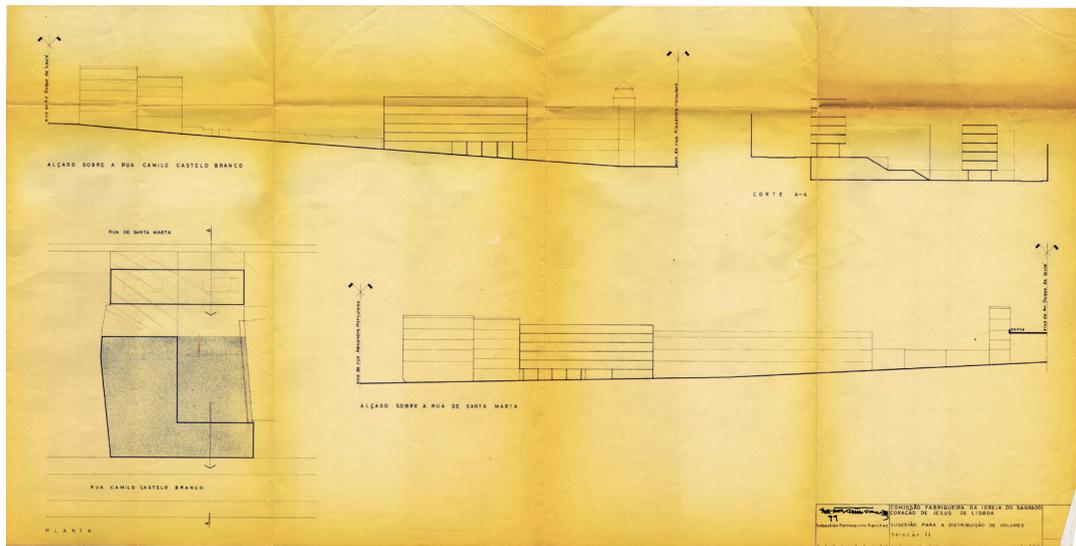
Informados dos processos em curso, membros do Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR) decidiram, em reunião de 13 de abril de 1955, propor ao pároco a realização de um concurso de anteprojetos para a futura igreja paroquial, “pelo cuidado que requer a conceção e realização de um edifício desta natureza no nosso tempo, para que seja expressão das reais possibilidades

dos artistas de hoje.”<sup>5</sup> A ideia, que contrariava a prática corrente da encomenda direta, foi proposta à Comissão Fabriqueira em carta enviada a 10 de maio de 1956 e foi bem acolhida. Seguiu-se então, durante o ano de 1957, a preparação do concurso de anteprojetos e respetivo programa de construção da nova igreja e seus anexos; “a maior e a mais completa das [igrejas] paroquiais ultimamente construídas em Lisboa.”<sup>6</sup>

Para formar os arquitetos que pretendessem participar no concurso, foi organizado um Curso de Arquitetura Sacra, logo no começo de 1958. O seu objetivo era “que arquitetos e artistas plásticos pudessem aprofundar o conhecimento dos aspetos básicos da construção de uma igreja, nas condições atuais da pastoral e da liturgia (...), [visando] as exigências mais gerais da tarefa perante a qual se encontram os arquitetos portugueses, ao serem solicitados a corresponder aos esforços da Igreja no sentido de dotar o país com os edifícios de culto adequados às necessidades da vida cristã.”<sup>7</sup>

Organizado pelo MRAR e com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, o curso decorreu na Casa de São Mamede, em Lisboa, entre os dias 2 e 5 de janeiro, e contou com a presença de cerca de 200 arquitetos, pintores, escultores, sacerdotes, estudantes das Escolas Superiores de Belas Artes e críticos de arte. Das oito conferências proferidas maioritariamente por professores do Seminário dos Olivais, três foram reservadas para arquitetos: duas pelo suíço Hermann Baur e uma outra pelo jovem português Fernando Távora.

Sobre este encontro escreveu o arquiteto José Maya Santos, na revista *Ora et Labora*, que “durante 4 dias, a quase totalidade dos participantes viveu em comunidade o desfiar dos aspetos essenciais da Arquitetura Sacra, num ambiente magnífico, com refeições tomadas no próprio local, visitas de estudo em autocarros, troca de ideias durante e após as lições, a culminar na celebração litúrgica que encerrou o curso.”<sup>8</sup> Também o jornal *Diário de Lisboa*, à semelhança dos muitos meios de comunicação social que acompanharam o curso, emitiu uma nota elogiosa do mesmo. Em artigo publicado no dia 6 de janeiro, atribuiu uma grande importância ao curso, por ter traduzido um elevado grau de consciencialização profissional por parte dos arquitetos, mas também pelo nível que se atingiu e por não se ter limitado à natureza dos problemas tratados. “Para que não seja tudo fado e futebol...”<sup>9</sup>



↑  
Estudos urbanísticos  
do arquiteto Sebastião  
Formosinho Sanchez  
(1958). Arquivo da ISCJ.

### 3. Estudo urbanístico

Contrariamente ao planeado, o concurso de anteprojetos acabou por ser adiado, “devido a estudos em curso no sentido de se definirem com maior segurança a implantação mais aconselhável para a igreja e os condicionamentos a que deverão obedecer os edifícios a construir nos terrenos limítrofes.”<sup>10</sup> De fato, o maior desenvolvimento do terreno no sentido perpendicular às duas ruas limitava significativamente a frente da futura igreja, bem como dificultava a implantação da mesma, dado o desnível existente entre os dois extremos. Por estes motivos, decidiu a Comissão não avançar com o concurso “sem que, primeiramente se solucionassem alguns aspetos de pormenor avultando, entre estes, a necessária e correta distribuição de volumes integrada num estudo profundo do quarteirão.”<sup>11</sup>

Depois de conversações com os proprietários vizinhos com vista a uma possível reorganização dos terrenos, foi entregue à Câmara Municipal de Lisboa, em dezembro de 1958, um estudo urbanístico elaborado pelo arquiteto Sebastião Formosinho Sanchez, onde foram apresentadas duas soluções distintas. A primeira mantinha os lotes como se encontravam, devendo a igreja ocupar o terreno então pertencente à paróquia. A segunda sugeria uma troca parcial de terrenos com os proprietários a Norte, que permitiria o desenvolvimento da igreja numa frente alargada para a Rua Camilo Castelo Branco. Propunha também, no entanto, a criação de um acesso pedonal interior com ligação à Rua de Santa Marta, que se tornou mais tarde premissa do concurso. “Esta segunda solução — que julgamos preferível em relação à solução I — foi originada por se ter reconhecido que só com bastantes dificuldades e prejuízos de ordem programática seria viável a edificação de uma Igreja e de um Centro Paroquial no local, com o desenvolvimento que a própria paróquia implica e necessita. Isto é, se a solução I for tida como a solução a seguir no desenvolvimento desta tarefa, haverá que rever o programa inicialmente proposto.”<sup>12</sup> A autarquia foi sensível aos argumentos apresentados e aprovou a permuta.

Depois de quatro anos adiado devido a uma permuta de terrenos que “melhorou sensivelmente as condições de implantação da futura igreja, parecem estar finalmente removidos todos os obstáculos que protelaram o lançamento do concurso, agora em ativa fase de ultimateção por parte da comissão paroquial encarregada do assunto, sob a orientação do Secretariado para as Novas Igrejas do Patriarcado [SNIP] e com a assistência do Sindicato Nacional dos Arquitetos [SNA].”<sup>13</sup>

#### 4. Programa do concurso de anteprojetos

Em setembro de 1961, o MRAR anunciou a abertura do concurso<sup>14</sup>, destacando a sua exemplaridade, quer pela cuidada organização das bases do concurso, quer pelas garantias dadas pelo júri nomeado: os arquitetos Octávio Lixa Filgueiras e Sebastião Formosinho Sanchez e a senhora D. Júlia Guedes como representantes da paróquia, o Pe. João de Almeida como representante do SNIP e o arquiteto Bartolomeu Costa Cabral<sup>15</sup> pelo SNA.

No ato da inscrição, os concorrentes receberam o regulamento do concurso, o programa da igreja e instalações anexas, a planta da paróquia, o levantamento topográfico de todo o quarteirão, o relatório de sondagens, uma coleção de fotografias do local e dos edifícios vizinhos, e o estudo urbanístico aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa. O primeiro documento informava sobre as datas limite de inscrição (30 de novembro de 1961), dos pedidos de esclarecimentos (31 de dezembro de 1961) e da entrega dos trabalhos (31 de maio de 1962), que teriam de ser compostos pelas seguintes peças: memória descritiva e justificativa; estimativa de custo (que não podia ultrapassar os 12.000 contos); estudo sumário da estrutura; planta e cortes de conjunto à escala 1/500; plantas, cortes e alçados dos edifícios à escala 1/200; perspectivas interiores (três no máximo, mostrando uma delas, com clareza, o altar); perspectivas exteriores ou fotografias de maquetes (cinco no máximo); e maquete de conjunto, à escala 1/500.

Ainda no regulamento encontrava-se a composição do júri e a premiação prevista: ao concorrente classificado em primeiro lugar seria adjudicado o projeto de construção da igreja; os 2º, 3º, 4º e 5º classificados seriam recompensados com um prémio no valor de 40.000\$00, 30.000\$00, 20.000\$00 e 10.000\$00 respetivamente; outros trabalhos, até um máximo de dez, que fossem também premiados receberiam o valor uniforme de 5.000\$00. Neste documento anunciou-se também a realização de uma exposição dos trabalhos concorrentes, entre 15 de outubro e 15 de novembro de 1962.

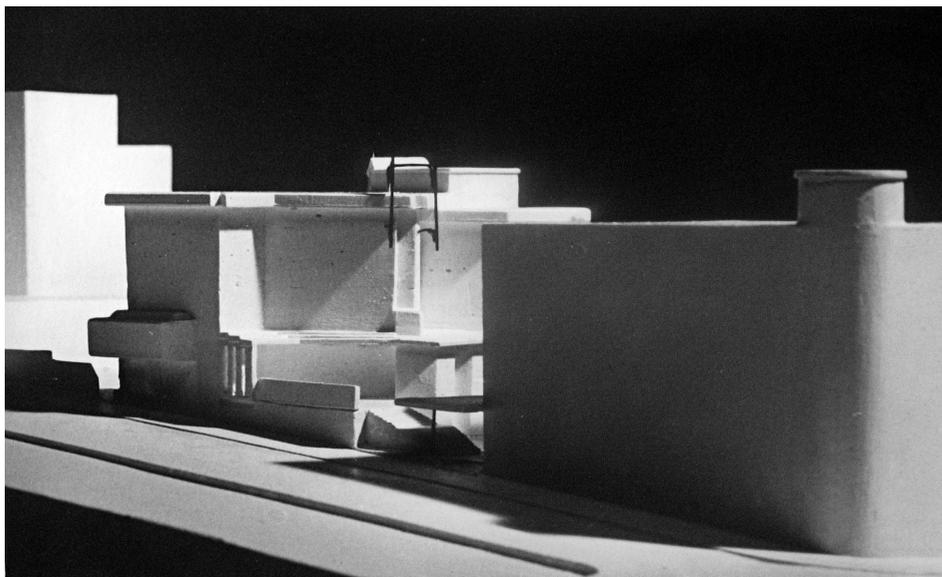
Quanto ao programa, este começou por deixar claro, logo no segundo ponto do primeiro capítulo — dedicado aos Dados Fundamentais —, que o edifício a concurso devia caracterizar-se pela “verdade e pureza próprias duma arquitetura autêntica”<sup>16</sup>, clarificando-se o significado destas palavras no ponto seguinte: pretendia-se “uma igreja moderna, no sentido de que se destina ao Povo de Deus dos nossos dias.”<sup>17</sup> Por se tratar de uma igreja, teria também de “caracterizar-se por um conjunto harmónico de qualidades que exprima, em linguagem propriamente arquitetural,

mais do que pelo recurso ao simbolismo das formas ou das decorações, o carácter sagrado do edifício (...) [impondo-se] ao sentir comum dos homens, não como um edifício ‘que também pode ser uma igreja’, mas como um edifício ‘que não pode deixar de o ser’.”<sup>18</sup> E por ser católica, devia conseguir exprimir arquetonicamente “o próprio conceito de igreja segundo a teologia católica, a saber: o de edifício onde o Povo de Deus se reúne para a celebração eucarística, para a receção dos sacramentos, para ouvir a proclamação da Palavra de Deus, para o culto da Presença Real e para se entregar coletiva ou individualmente à oração e devoções não litúrgicas.”<sup>19</sup>

O segundo capítulo, sobre a funcionalidade e organização da igreja, concentrou a maioria dos pontos do programa — 62 dos 87 —, que trataram de questões como o acesso à igreja, o espaço da assembleia, o santuário, os altares secundários, o órgão, os confessionários ou o batistério. Este capítulo incluiu ainda detalhes como as dimensões do altar, dos degraus de acesso a este, da coxia central, da mesa de comunhão e das credências. Já a grande dimensão da igreja — para 2.000 pessoas, metade das quais sentadas —, foi justificada pela sua localização muito próxima a um dos pontos mais centrais e de maior movimento de Lisboa, que fazia prever uma grande frequência de uma população bastante cosmopolita, à qual ainda se teriam de somar todos os fiéis duma paróquia com cerca de 20.000 habitantes. Como forma de se conseguirem colocar tantos lugares no limitado espaço disponível, sugeriu-se a possibilidade de criação de um balcão ou coro, apesar das suas desvantagens. Em termos de decoração da igreja, propôs-se que esta obedecesse a um programa iconográfico bem fundamentado por um teólogo, apontando-se para cerca de nove imagens a colocar em nichos discretos.

Liturgicamente, o programa refletiu a época de transição que se vivia: por um lado, previa-se que “a celebração da missa se faça habitualmente de costas para o povo”<sup>20</sup>, mas por outro, o altar devia ser concebido de forma a permitir a celebração versus *populum*. De igual modo, o altar seria o centro de convergência da igreja, mas nele teria ainda de ser colocado o sacrário, apesar de se proporem mais cinco altares, um deles numa capela lateral. E o elemento que mais se devia relacionar com o altar era a cruz e não o ambão (que foi dividido em dois — da epístola e do evangelho).

O terceiro capítulo foi dedicado ao programa do Centro Paroquial, apresentado como complemento lógico da igreja paroquial e “concebido em ordem à educação do sentido comunitário e apostólico dos paroquianos e à organização duma pastoral



↑ ↑  
Os vencedores do concurso:  
Nuno Teotónio Pereira,  
Nuno Portas, Vasco Lobo  
e Vítor Figueiredo.  
*Jornal de Letras e Artes*  
(1 de agosto de 1962), p.8.

↑  
Maqueta do projeto  
vencedor apresentada a  
concurso. Arquivo da ISCJ.

→  
Maqueta de estudo da  
igreja, vista do interior.  
Arquivo pessoal.



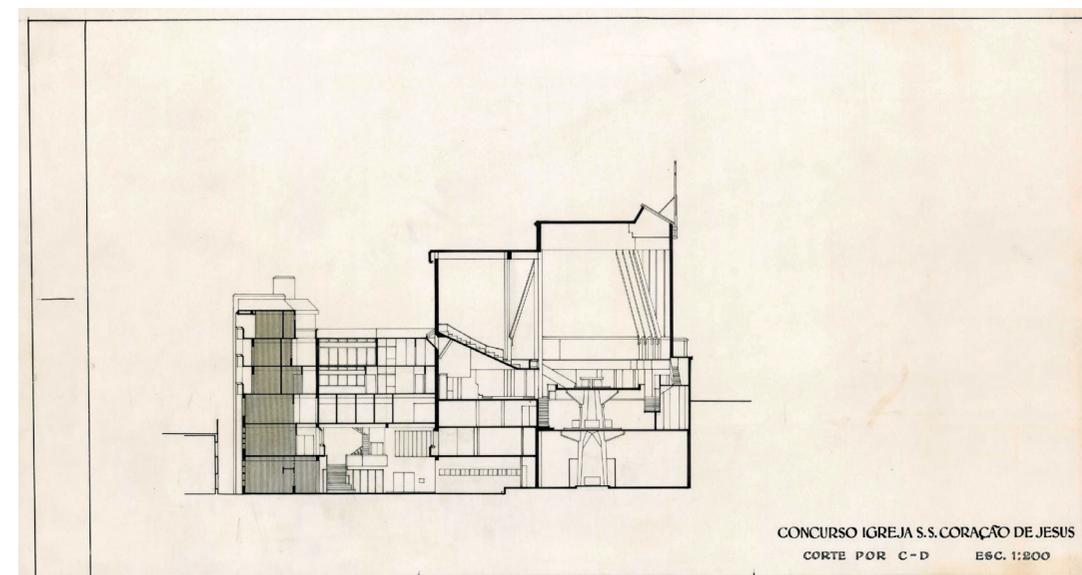
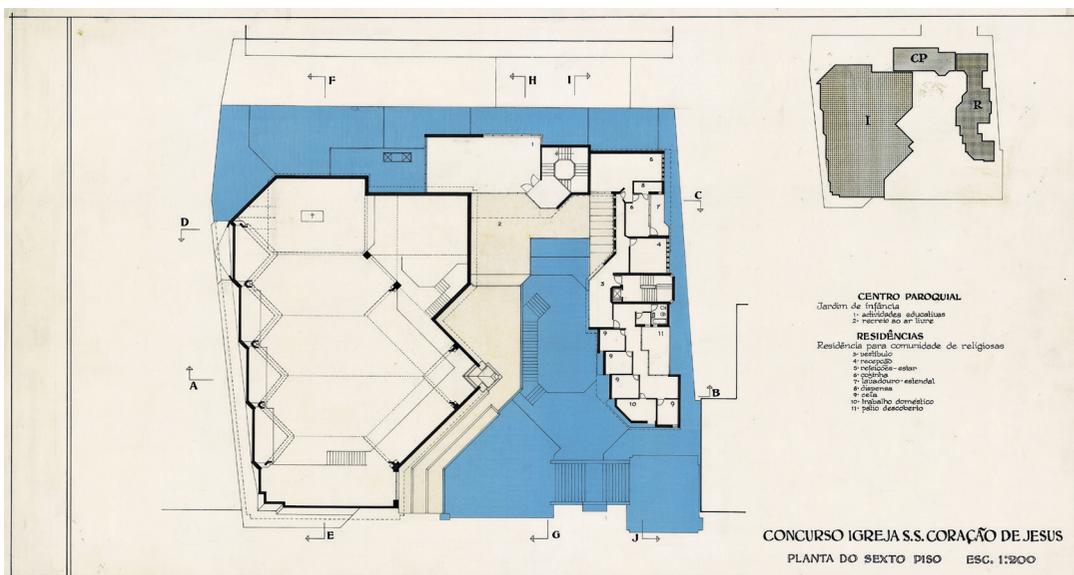
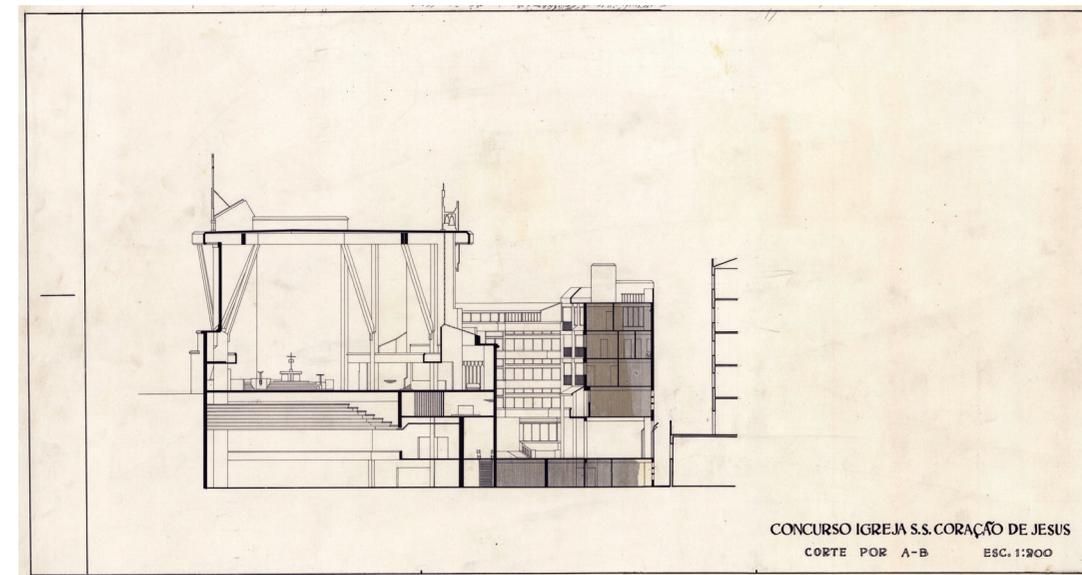
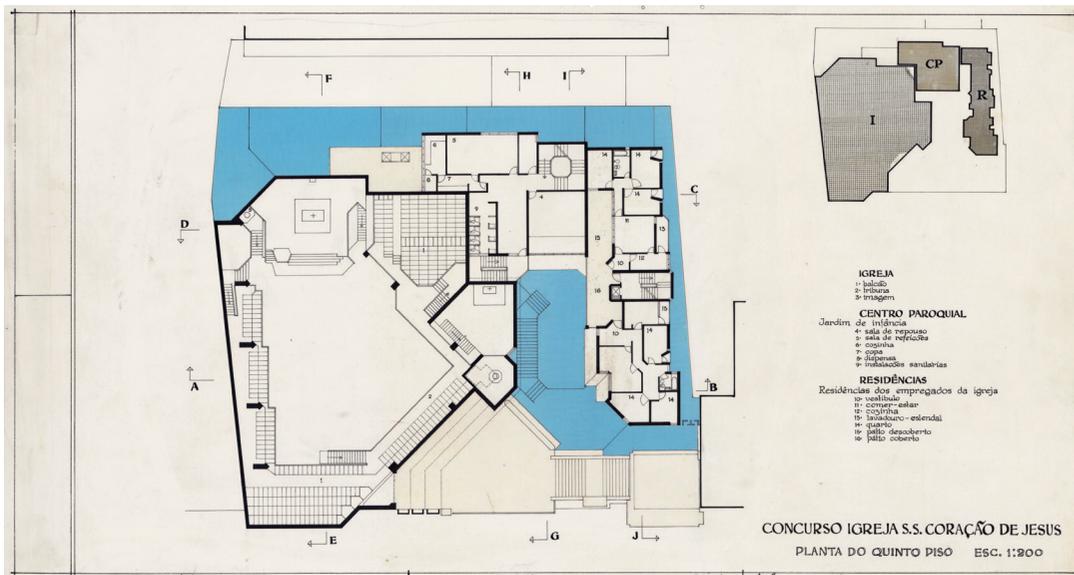
adaptada e eficiente.”<sup>21</sup> Seria casa da família paroquial, com sala de chá e instalações para encontros frequentes; centro de formação cristã, com um grande salão para conferências, teatro e cinema com capacidade para 600 pessoas sentadas e 400 em pé, 13 salas para instrução catequética, duas salas de aula de Escola Primária, uma biblioteca e centro de informações; centro de irradiação missionária, com 15 salas para as obras, associações e movimentos do apostolado; e centro de irradiação de caridade, com um posto médico e um centro de serviço social. Este extenso conjunto de espaços e serviços foi descrito sucintamente em apenas 13 pontos. No entanto, para o quarto e último capítulo foram utilizados apenas três, que resumiram o programa das residências para o pároco e coadjutores e para os empregados da igreja. Estava, assim, lançado o concurso no qual o MRAR muito investira e que desejava que se tornasse referência para situações futuras.

## 5. Propostas premiadas

Os 66 inscritos no concurso são reveladores do interesse gerado em torno da nova igreja da capital<sup>22</sup>. No cumprimento de uma disposição prevista no regulamento do concurso e para esclarecer as equipas sobre questões litúrgicas, realizaram-se duas conferências no dia 17 de março pelos padres José Ferreira e João de Almeida<sup>23</sup>. No entanto, a 31 de maio de 1962, último dia para entrega dos trabalhos, apenas 14 equipas apresentaram propostas. O MRAR continuou a seguir de perto o concurso e, no Boletim que noticiou o seu encerramento, anunciou que os resultados deveriam ser conhecidos até 15 de julho<sup>24</sup>. Na data marcada, o júri, com o apoio de dois consultores — o arquiteto Hermann Baur e o Pe. Manuel Falcão —, revelou que a equipa vencedora era a formada pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Vítor Figueiredo e Vasco Lobo, os arquitetos tirocinantes Luís de Almeida Moreira e Pedro Vieira de Almeida, o engenheiro Rui Júdice Gamito e o Pe. Avelino Rodrigues.

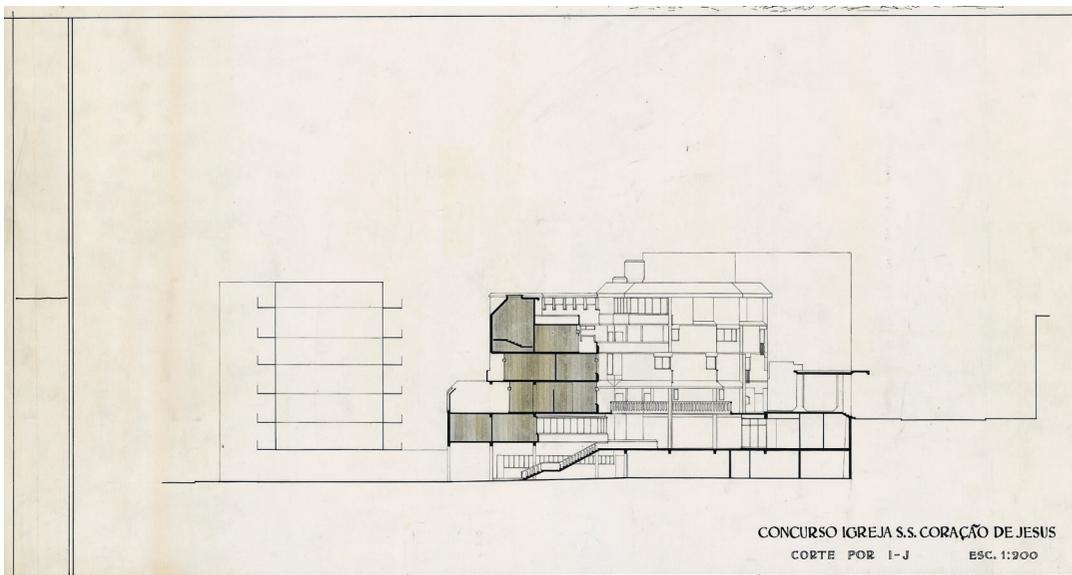
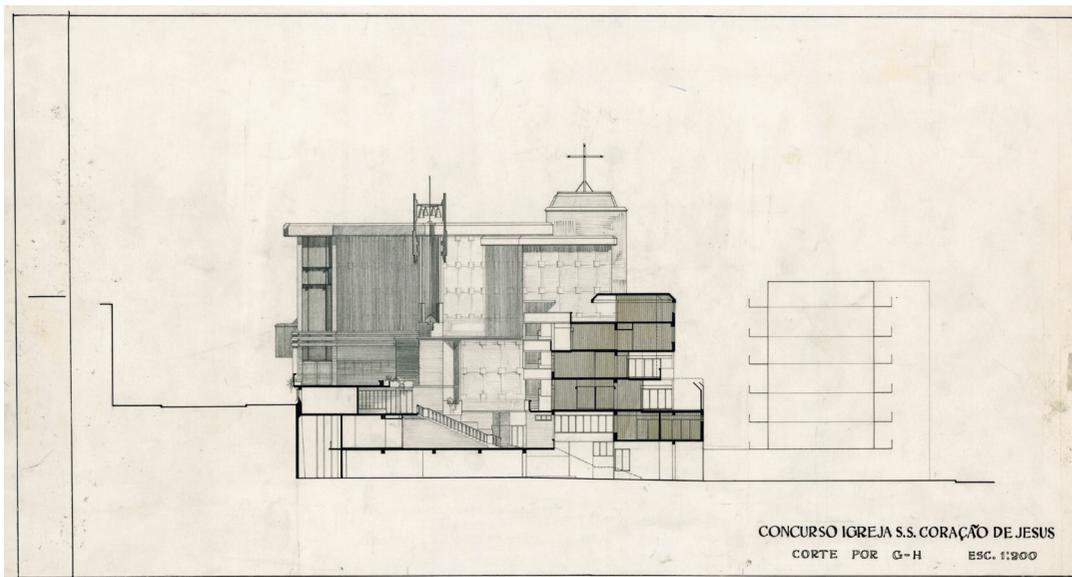
Na ata, o júri começou por revelar alguma desilusão pelo fato de terem sido apresentados a concurso apenas 14 trabalhos, consequência “das dificuldades de que o problema se revestia, nomeadamente no que se refere às relações programa-terreno”<sup>25</sup>, o que tirou ao concurso “o carácter de ampla representação que se esperava lhe fosse dado.”<sup>26</sup> Seguiu-se uma análise e apreciação de cada um dos trabalhos — que teve em consideração a articulação e organização interna dos elementos que compunham a igreja e o centro paroquial, e a relação destes dois edifícios





↑  
 Desenhos de concurso  
 do projeto vencedor:  
 plantas dos pisos quinto  
 e sexto. PT DGPC: SIPA. NTP  
 DES.05749\_5 pavimento  
 e PT DGPC: SIPA. NTP  
 DES.05750\_6 piso.

↑  
 Desenhos de concurso do  
 projeto vencedor: cortes  
 A-B e C-D. PT DGPC: SIPA.  
 NTP DES.05756\_Corte A,B  
 e PT DGPC: SIPA. NTP  
 DES.05758\_Corte C-D.



↑  
 Desenhos de concurso  
 do projeto vencedor: cortes  
 G-H e I-J. PT DGPC: SIPA.  
 NTP DES.05761\_Corte G\_H  
 e PT DGPC: SIPA. NTP  
 DES.05763\_Corte I-J.

entre si, com a rua e os volumes vizinhos —, da qual resultou a premiação de cinco propostas.

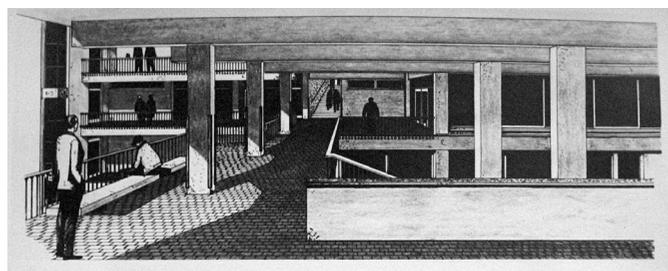
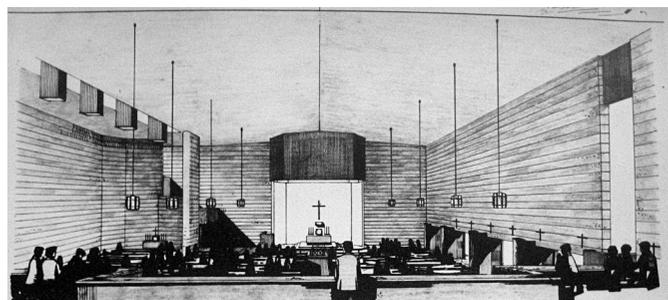
O resumo da crítica feita aos anteprojetos premiados começou pelo trabalho vencedor, o n.º11, de cuja Memória Descritiva fez uma transcrição parcial, onde se incluía a afirmação de que “a procura [da equipa] orientou-se desde o início para uma solução aberta transversalmente e que articulasse, através de sucessivos espaços exteriores em socalcos, a entrada superior pela Rua Camilo Castelo Branco com a ligação à Rua de Santa Marta.”<sup>27</sup> O júri reconheceu o interesse desta intenção no modo como atenuava os inconvenientes provocados pela exiguidade do terreno e o seu acentuado desnível, e mesmo manifestando algumas reservas quanto à luminosidade e reduzida dimensão dos pátios em socalcos, valorizou a “solução de agrupamento intensivo dos serviços na base das circulações em coluna vertical”<sup>28</sup> defendida na Memória Descritiva e que se aplicara também na igreja, através de uma sobreposição dos espaços internos — câmaras mortuárias, cripta dos altares secundários, santuário, nave e balcões.

Esta articulação espacial levou o júri a afirmar que “esta mesma diversificação em vários níveis interligados, [juntamente com] a disposição geral da planta, essencialmente definida pela relação dinâmica nave-santuário-batistério, a articulação dos espaços secundários (capela lateral e capela dos sacramentos) com o principal, o movimento dos elementos estruturais que se conjuga com a distribuição da luz para reforçar toda esta orgânica, deixam entrever no seu conjunto, uma riqueza espacial que constitui um dos aspetos mais valiosos deste trabalho.”<sup>29</sup> Outro aspeto que o júri considerou como sendo dos que mais valorizaram a proposta foi o estudo minucioso e completo das circulações e percursos de cortejos e procissões, reforçando a perceção de que “este anteprojeto revela conhecimento profundo do tema e apresenta um conjunto de qualidades arquitetónicas que constituem garantia segura de realização de uma obra de valor.”<sup>30</sup> Estava unanimemente encontrado o vencedor. No entanto, o júri não deixou de aconselhar a equipa responsável “que a elaboração do projeto definitivo assente numa revisão do anteprojeto tendente a uma mais correta integração urbana, ainda que para tanto se imponha uma simplificação do programa [pois] só essa revisão permitirá alcançar, na realização da obra, um resultado a todos os títulos consentâneo com os valores em causa.”<sup>31</sup>

Em segundo lugar ficou o concorrente n.º1, composto pela equipa de arquitetos do Porto, João Seródio, Rolando Torgo e Rui Paixão e engenheiro Alcino Paixão, cujo trabalho apresentou



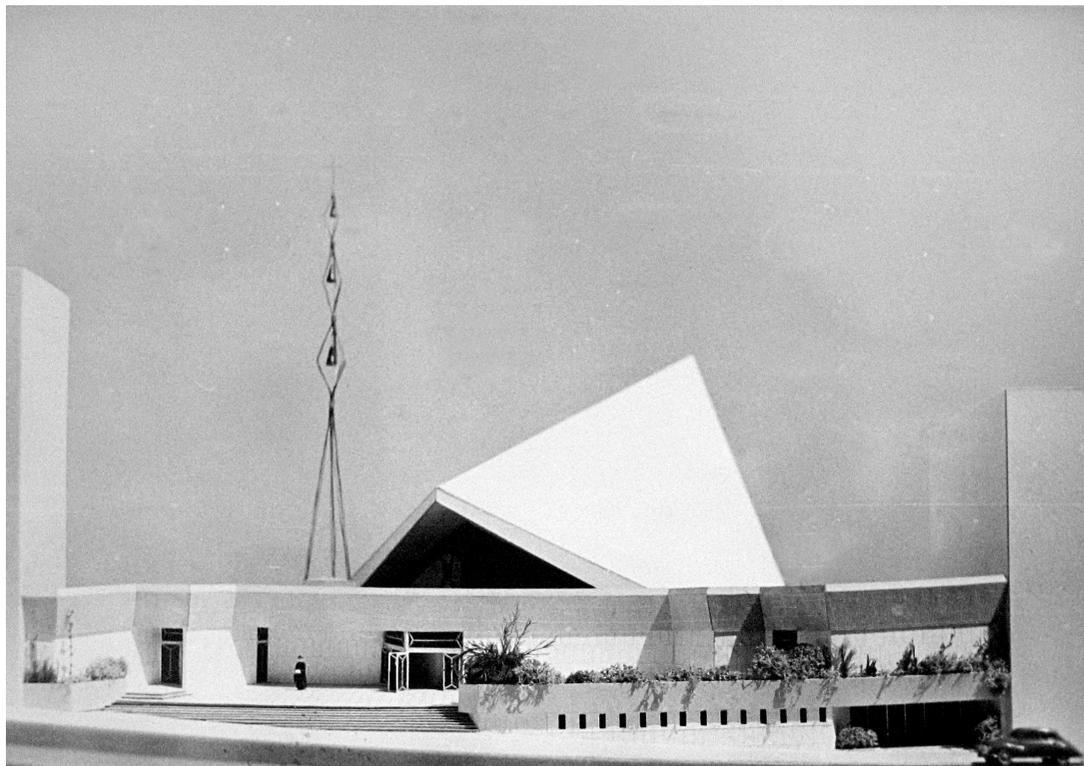
↑ →  
Segundo classificado,  
projeto de João Seródio,  
Rolando Torgo e Rui Paixão.  
Maqueta e perspectivas  
interiores. Arquivo da ISCJ.



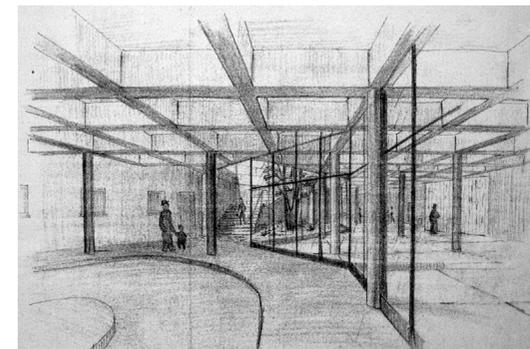
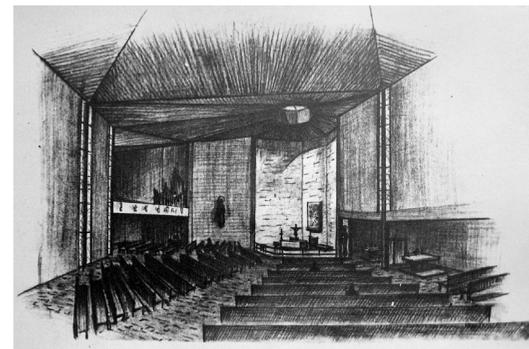
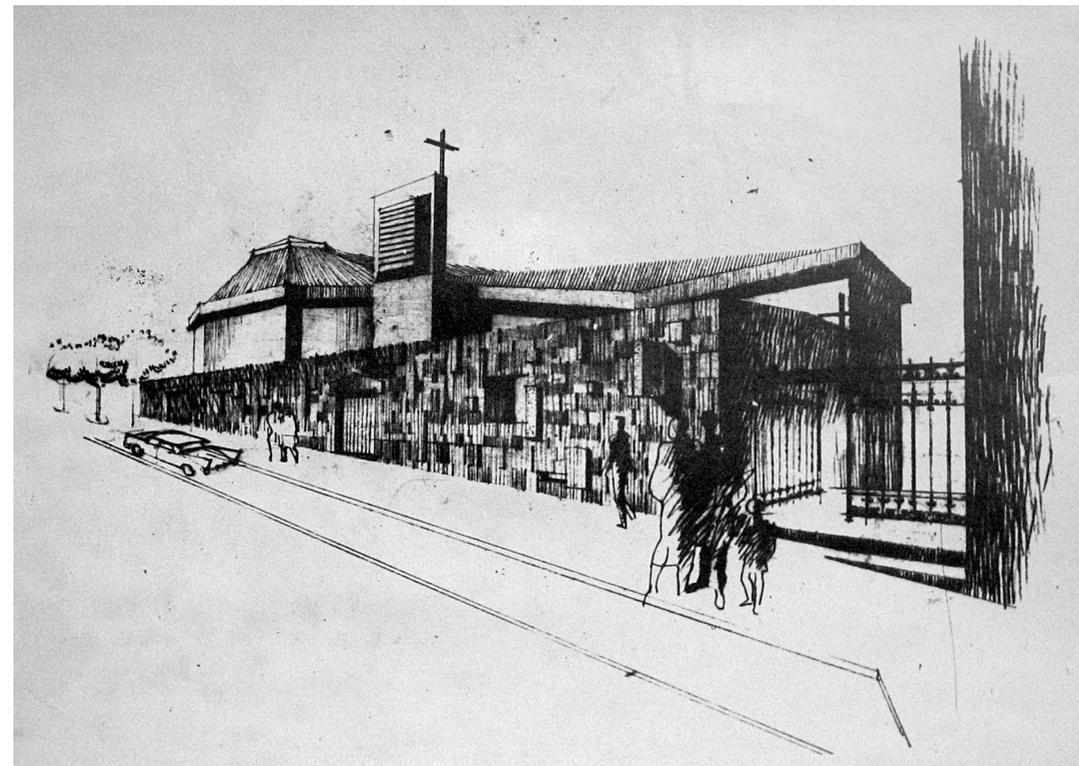
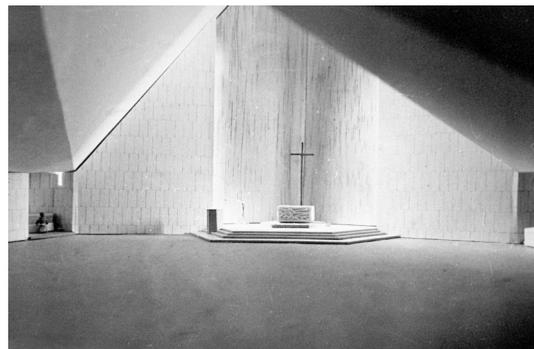
“como característica mais apreciável uma articulação geral dos espaços bem solucionada, nomeadamente no sector do centro paroquial.”<sup>32</sup> No entanto, e para além das deficientes condições de entrada e saída dos fiéis, a igreja revelava diversos defeitos a nível da sua organização interna, no que respeitava à organização da assembleia e sua relação com o santuário, ao tratamento do espaço do altar lateral, à localização do batistério e à comunicação do balcão com a nave, o que levou o júri a afirmar que “este anteprojecto opõe à maleabilidade, dinamismo e riqueza espacial do conjunto dos serviços paroquiais e residências, uma excessiva rigidez na conceção arquitetónica da igreja.”<sup>33</sup>

O terceiro prémio foi atribuído ao trabalho n.º5, do arquiteto António Aurélio, engenheiro António Feio e escultor José Aurélio, que se caracterizava por ter dado à igreja uma disposição em diagonal relativamente à rua, permitindo a definição de uma atractiva zona exterior de acolhimento, considerada pelo júri como particularmente bem resolvida. Pelo contrário, considerou-se que o conjunto tinha sérias deficiências básicas de integração urbana e também a forma da cobertura da igreja foi classificada como inadaptada ao local, para além de excessivamente elevada no seu lado nascente. A terminar a análise, o júri afirmou que “interiormente, o movimento da cobertura, conjugado com certos efeitos de luz confere ao espaço um carácter em certa medida expressionista, que se considera pouco adequado ao tema.”<sup>34</sup>

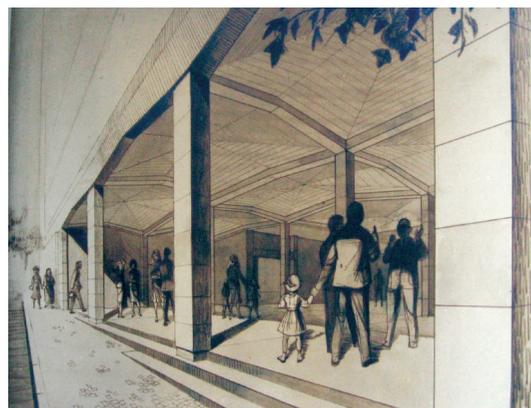
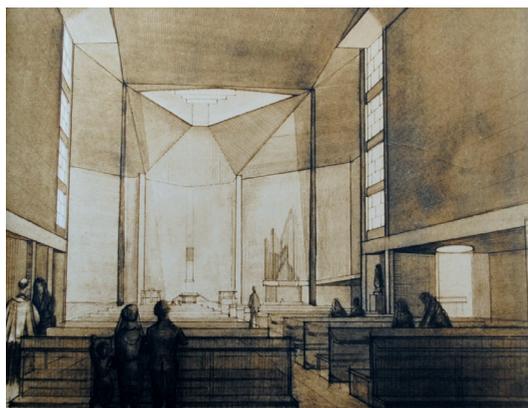
O trabalho n.º12, do arquiteto Erich Corsépius, ficou classificado em quarto lugar. A proposta recuperava temas que estavam a ser por ele explorados na primeira versão da igreja de S. Jorge de Arroios (Lisboa), como a separação dos volumes dos programas litúrgicos e pastorais, resolvendo este último o problema da empena da construção vizinha. A solução apresentada a concurso implantou o corpo alto dos serviços paroquiais adossado à empena sul e o corpo baixo e recortado da igreja a norte, em torno de um largo pátio interior e intimista, fechado à rua. Esta proposta foi definida pelo júri como “um processo válido de afirmação do sagrado por contraste.”<sup>35</sup> No entanto, “o preço do partido de composição adotado parece ter sido uma difícil articulação de certas zonas, nomeadamente o acesso ao pátio e todas as que se localizam ao nível da Rua de Santa Marta, que resultam deficientemente resolvidas e com más condições de utilização.”<sup>36</sup> Quanto à expressão arquitetónica sugerida pelos desenhos, foi classificada como insatisfatória, “quer no que toca à qualidade do pormenor, quer em virtude da falta de unidade no tratamento dos diversos corpos, quer ainda na solução das estruturas e na sua adequação à orgânica do espaço.”<sup>37</sup>



↑ →  
Terceiro classificado,  
projeto de Antônio Aurélio.  
Maqueta. Arquivo da ISCJ.



↑  
Quarto classificado,  
projeto de Erich Corsépius.  
Perspetivas. Arquivo da ISCJ.

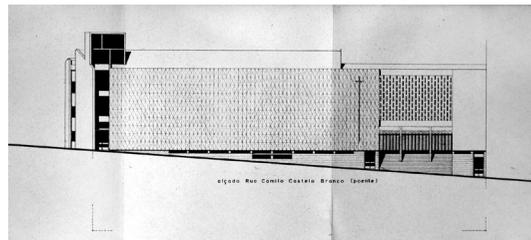
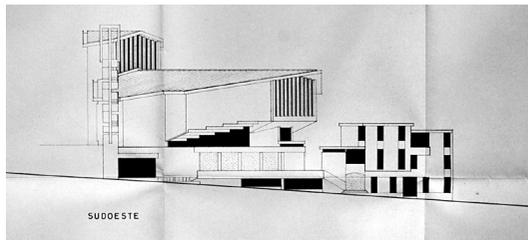
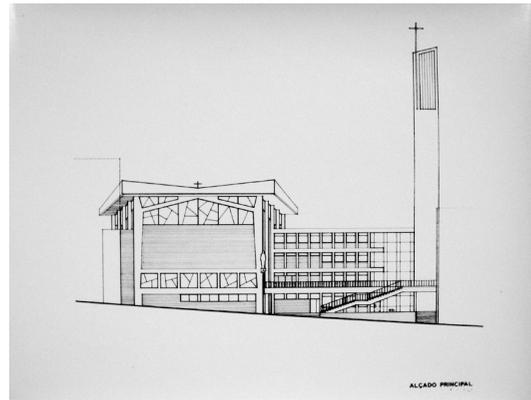
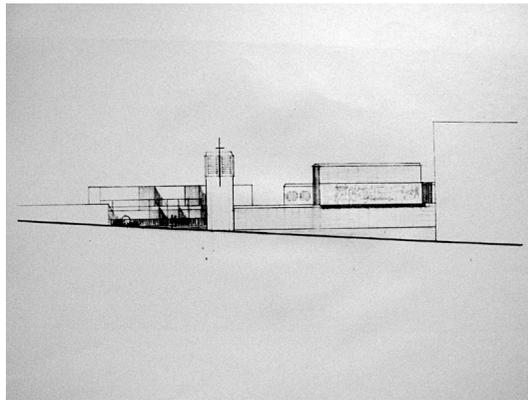
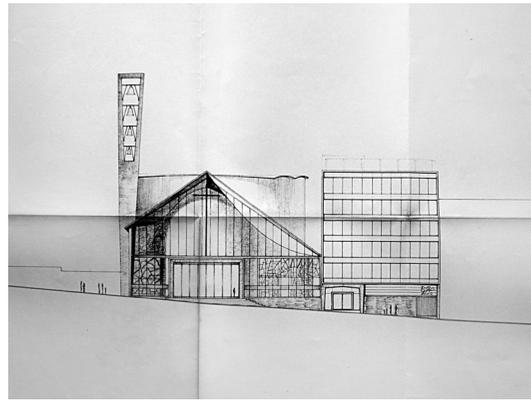
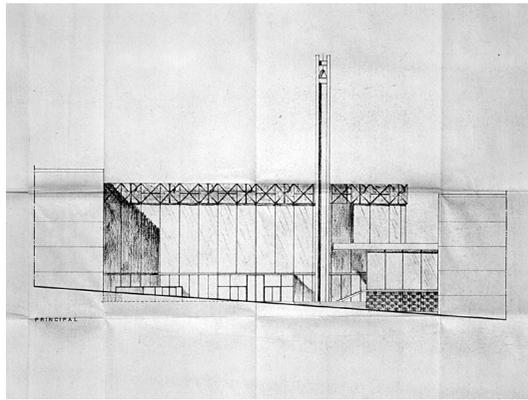


↑  
Quinto classificado, projeto  
de António de Freitas Leal,  
Maria do Carmo Matos  
e Diogo Lino Pimentel.  
Perspetivas. Arquivo da ISCJ.

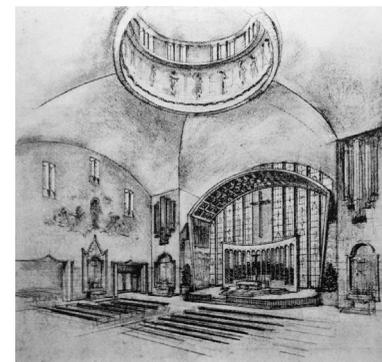
Com o quinto e último prémio ficou o trabalho n.º10, da equipa formada pelos arquitetos António de Freitas Leal, Maria do Carmo Matos e Diogo Lino Pimentel, o engenheiro Nuno Martins, o pintor Júlio Resende e o escultor António Lagoa Henriques. A sua mais-valia consistiu na solução cuidada de pormenor e nas qualidades assinaláveis da correta organização interna e de funcionamento da igreja, de que mereceram referência especial do júri as soluções do santuário e do nártex, a implantação do batistério e a solução proposta para o campanário. Já a solução no seu conjunto foi avaliada como menos feliz devido à rigidez imposta à composição quer pela planta cruciforme da igreja quer pelo bloco do centro paroquial. “A excessiva ocupação do terreno, o afrontamento do bloco da Rua de Santa Marta, a articulação pouco correta do corpo da igreja com o dos serviços paroquiais, a excessiva importância assumida por este último na repartição dos volumes que marginam a rua, são, entre outros, inconvenientes que manifestamente resultam da rígida conceção da igreja.”<sup>38</sup> No entanto, o defeito que mais se fez sentir ao júri foi a falta de uma zona central de acolhimento bem situada em relação aos diversos serviços e aos acessos e circulações.

## 6. Outros concorrentes

O júri decidiu compensar os restantes sete trabalhos, “por se considerarem simples contribuições para as despesas realizadas e não uma equiparação em valor”<sup>39</sup>, pois um deles — n.º7 — revelava uma absoluta ausência de qualidade, enquanto outros dois — n.º9 e n.º13 — foram considerados totalmente inadequados ao tema<sup>40</sup>. Certamente mobilizados por estas palavras, os arquitetos David Caravana e José Luís Porto, autores do trabalho n.º13, protagonizaram uma breve polémica ao publicarem uma carta no jornal *Diário Popular* a contestar o resultado do concurso e em particular a atribuição do primeiro lugar ao concorrente n.º11, que no seu entender não correspondia ao pedido pelo primeiro capítulo do programa: um edifício que se devia impor “ao sentir comum dos homens, não como um edifício ‘que também pode ser uma igreja’, mas como um edifício ‘que não pode deixar de o ser’.”<sup>41</sup> Perguntaram, então, aos paroquianos do Sagrado Coração de Jesus se sentiam “que o que se pretende fazer é uma igreja?! Em nosso entender estão a ser enganados. Isto faz-nos lembrar a história de ‘O rei vai nu’. É precisa muita dialética para convencer os paroquianos de que ‘aquilo’ será uma igreja. E nós já os ouvimos falar muito convencidos. Pena temos que as palavras saíssem de um ministro da Igreja... colaborador!”<sup>42</sup>



↑  
 Propostas não premiadas,  
 projetos de Luís Fernandes  
 Pinto; Manuel Travassos  
 Valdez; Manuel Alzina de  
 Menezes, Maria Teresa  
 Capucho e Clementino  
 Rodrigues; José da Costa  
 Silva; José Luís Zúquete  
 e José Bruschy; José  
 Guilherme Ferreira da Silva  
 e Augusto Lopes Galvão.  
 Alçados. Arquivo da ISCJ.



↑  
 Proposta não premiada,  
 projeto de David Alberto  
 Caravana e José Luís Porto.  
 Perspetivas. Arquivo da ISCJ.

O ministro colaborador era o Pe. Avelino Rodrigues, que usou o mesmo meio para responder à “crítica muito azeda (...) [dos] signatários da carta [que] haviam apresentado a concurso uma igreja de estilo ‘barroco-abizantinado’.”<sup>43</sup> Através de um extenso artigo dedicado ao direito do século XX em se exprimir em linguagem do século XX, lembrou que “não passa pela cabeça de ninguém escrever uma carta em português arcaico de Fernão Lopes ou andar com uma cabeleira ‘à Luís XIV’...”<sup>44</sup> Defendendo então a inquestionável seriedade e competência do júri — que reconheceu a funcionalidade pastoral e a sensibilidade artística do projeto vencedor —, recordou que “nunca uma igreja em Portugal (pelo menos na atualidade), teve um concurso tão largo e um júri tão imparcial e competente.”<sup>45</sup> Quanto à aceitação da arte moderna pelas autoridades eclesiásticas, mencionou as palavras de Pio XII na encíclica *Mediator Dei* e do Cardeal-Patriarca D. Manuel Cerejeira na *Pastoral de Arte Sacra*, e afirmou que “há muita gente que pensa que uma igreja se pode fazer de fora para dentro. Faz-se uma fachada, duas torres, uma porta em arco e aí está uma igreja para se ver de fora (...) [o que] para estes pseudo-tradicionistas está tudo certo.”<sup>46</sup> Mas para o Pe. Avelino Rodrigues, a igreja tinha simultaneamente de ser e parecer uma igreja, “mas ser liturgicamente e não arqueológica ou sentimentalmente; e parece-lo por meios tipicamente arquiteturais e não por meios cenográficos.”<sup>47</sup>

Perante esta crítica, os arquitetos David Caravana e José Luís Porto voltaram à escrita, para dizer que a crítica do “opositor ao nosso trabalho não nos atingiu, primeiro por ser feita por uma pessoa não profissional, segundo por demonstrar que nem sequer leu o programa.”<sup>48</sup> Afirmaram que não pretenderam discutir a competência e a imparcialidade do júri, mas, para eles, “o concurso não era tão livre como seria de desejar”<sup>49</sup>, pelo que “o resultado está à vista e a obra escolhida vai ficar a lembrá-lo por muitos anos. Nós teríamos vergonha de tal obra, se num mau momento ela tivesse sido por nós concebida.”<sup>50</sup> E com estas linhas deram o caso por encerrado.

## 7. Acolhimento público da proposta vencedora

O concurso para a nova igreja do Sagrado Coração de Jesus mereceu o vivo interesse da revista *Arquitectura*, que lhe dedicou um pequeno dossier temático reunindo, a par da ata do júri, excertos das propostas concorrentes com suas memórias descritivas<sup>51</sup>. Já no *Jornal de Letras e Artes* as palavras foram em tom de elogio exclusivo à proposta vencedora: a igreja do Sagrado Coração de

Jesus “virá a ficar, quase certamente, como o marco que assinala a definitiva vitória, ao menos no Patriarcado de Lisboa, do movimento de renovação da nossa arquitetura sacra”<sup>52</sup>, opinião partilhada pelo arquiteto Octávio Lixa Filgueiras, para quem o trabalho vencedor era de uma qualidade excecional e o concurso “marcará um ponto de viragem da nossa arquitetura sacra, sendo como que o tira-teimas entre os partidários de uma expressão tradicionalista e os defensores de uma expressão moderna.”<sup>53</sup>

Não surpreendeu, portanto, que entre 14 de julho e 20 de agosto se tenham deslocado à paróquia do Sagrado Coração de Jesus diversas personalidades para conhecer o anteprojecto vencedor, entre as quais o Cardeal Patriarca, o Governador Civil e os Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. “Estes ilustres visitantes levaram muito boa impressão do trabalho escolhido, bem assim do conjunto de todo o Concurso, que foi uma bela escola para arquitetos construtores de igrejas.”<sup>54</sup>

Entre 13 e 22 de outubro, realizou-se uma exposição dos trabalhos concorrentes na Sociedade Nacional de Belas Artes, em Lisboa, uma mostra que contou com uma apresentação do anteprojecto vencedora destinada especificamente aos paroquianos, “em que os autores do trabalho deram explicações sobre o que virá a ser a nova igreja, respondendo ao mesmo tempo a dúvidas e objeções formuladas pela assistência.”<sup>55</sup> Deste evento deu conta o MRAR no Boletim que anunciou que a sua próxima reunião de estudo seria dedicada ao anteprojecto da futura igreja do Sagrado Coração de Jesus<sup>56</sup>.

No dia 6 de novembro, Sebastião Formosinho Sanchez deu início ao encontro, que contou com a presença de cerca de 70 pessoas, entre as quais o pároco, alguns membros da comissão fabriqueira e do júri do concurso. Os autores — Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Vítor Figueiredo, Vasco Lobo e o engenheiro Rui Gamito — começaram por apresentar o seu trabalho, que teve, como ponto de partida, a pergunta: “Como vai a Igreja ‘falar’ à rua, à cidade?”<sup>57</sup> De fato, “uma primeira reflexão sobre o programa colocava em primeiro plano o problema da presença urbana da igreja: por um lado, não se poderia iludir que ao novo edifício se atribuía uma projeção pastoral mais vasta do que os limites da paróquia residencial, o que desde logo sugeria a procura de uma situação evidente e de um destaque volumétrico do templo. Por outro lado, a regularidade vulgar do traçado urbanístico da zona pedia uma rutura na continuidade da construção marginal que deixasse verter o espaço público da rua por um ‘centro paroquial’ que se deseja aberto e atrativo.”<sup>58</sup> Deste modo, a solução adotada orientou-se para a criação de um



↑ ↑  
Nuno Teotónio Pereira  
apresenta o projeto ven-  
cedor a Gonçalo Ribeiro  
Telles e António Viana  
Barreto, Sociedade Nacional  
de Belas Artes, Lisboa  
(1962). Arquivo da ISCJ.

↑  
Sebastião Formosinho  
Sanchez apresenta o projeto  
vencedor ao Cónego Oliveira  
Falcão, Sociedade Nacional  
de Belas Artes, Lisboa  
(1962). Arquivo da ISCJ.



↑ ↑  
Pe. Luís Martins Aparício  
e paroquianos do Sagrado  
Coração de Jesus observam  
a maqueta da futura igreja,  
Sociedade Nacional  
de Belas Artes, Lisboa  
(1962). Arquivo da ISCJ.

↑  
Apresentação do projeto  
vencedor pelo Pe. João de  
Almeida ao Cónego Oliveira  
Falcão, Sociedade Nacional  
de Belas Artes, Lisboa  
(1962). Arquivo da ISCJ.

# movimento de renovação da arte religiosa - boletim



N.º 15 — NOVEMBRO 1962  
SEDE: Rua da Fé, 53 — EXPEDIENTE: Rua da Alegria, 25-3.º - Telef. 328875 — LISBOA - 2

## movimento de renovação da arte religiosa 15

Boletim — 2.ª série — Novembro de 1962

### REUNIÃO DE ESTUDO

A primeira reunião de estudo depois de férias realizou-se a 6 de Novembro e foi dedicada ao ante-projecto da nova igreja do SS. Coração de Jesus, em Lisboa. A reunião foi orientada pelo arq.º Formosinho Sanchez e entre as 70 pessoas presentes contavam-se o Pároco e alguns elementos da Comissão Fabricqueira e ainda componentes do Júri do concurso.

### Apresentação do trabalho

Os autores do ante-projecto — arq.ºs Nuno Teotónio Pereira, Nuno Fortes, Victor Figueiredo e Vasco Lobo e engenheiro Rui Gamito — fizeram a apresentação do trabalho através da projecção de desenhos e de fotografias da maquete. Os dados principais são os seguintes:

população da Paróquia — 20.000 habitantes  
dimensão do terreno — 49 x 44m = 2.150m<sup>2</sup> aproxim.  
área bruta da igreja — 900m<sup>2</sup>  
lugares sentados — 940 (incluindo tribunas e balcões)  
comprimento — 36m  
altura máx. interior — 17m  
estimativa para o conjunto do Centro Paroquial — 12.000 contos

Pela sua localização, a futura igreja do SS. Coração de Jesus terá uma projecção pastoral que ultrapassa os limites da paróquia, pois interessará a toda a cidade; por outro lado, dentro dos próprios limites, servirá cada vez mais uma população forasteira (hotéis) ou não residente, mas que trabalha nos escritórios da zona. Dai as exigências de grande capacidade da igreja e do próprio salão, na verdade excessivas para aquilo que o terreno, extremamente limitado e comprometido pela presença de grandes edifícios, poderia razoavelmente comportar.

Além do acesso directo pela rua Camilo Castelo Branco, haverá outro, secundário, pela rua de Santa Marta, sob um edifício a construir. O desnível entre as duas ruas é da ordem dos 10m.

A solução do conjunto dos edifícios caracteriza-se por uma grande sobreposição de níveis (que na igreja propriamente dita se traduz num piso principal, numa cripta e num piso de galerias e balcões), pela nítida separação volumétrica da igreja em relação ao corpo de anexos e pela criação de um espaço aberto central por onde se fazem os acessos, dispostos em socacos.

O espaço interno da igreja, centrado em dois fulcros (o santuário e o baptistério), orienta-se num movimento de abertura em relação ao conjunto paroquial; o piso elevado é constituído por uma galeria contínua que envolve toda a igreja, por forma a assegurar uma certa unidade da assembleia. A tribuna dos cantores está colocada já sobre o santuário, numa situação de ponte entre este e a assembleia. A capela lateral poderá funcionar como extensão da assembleia em casos de grande afluência. Um rasgamento na parede do fundo da igreja permitirá uma abertura para o adro (vigília pascal, etc.).

No piso inferior ao da nave situa-se a capela dos casamentos (junto ao baptistério), uma capela penitencial (confessionários) e uma cripta sob o santuário para 4 altares secundários. Para assegurar um mínimo de continuidade espacial com o conjunto da igreja, prevêem-se grandes rasgamentos entre os dois pisos. E neste piso que, junto à entrada, se situa o cartório.

A capela mortuária, foi também colocada sob o santuário, ao nível da rua de Santa Marta, por onde se fará a saída dos funerais.

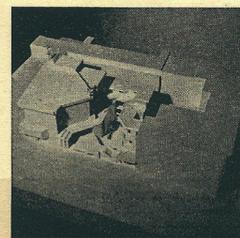
Como peças dominantes do Centro Paroquial, prevê-se um grande salão para cerca de 600 pessoas sentadas (situado por baixo da nave), um espaço multiforme para convívio, instalações variadas para a infância e juventude, organismos da Acção Católica, etc. e residências para o pároco e coadjutor, empregados e congregação religiosa feminina.

Todas estas instalações se desenvolvem e articulam ao longo do espaço aberto de acesso, agrupando-se as residências nos pisos elevados do corpo colocado do lado oposto à igreja.

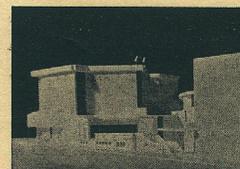
### Resumo do debate

Na tréca de impressões que se seguiu, e em que intervieram especialmente, além dos autores do trabalho e do arq.º Formosinho Sanchez, os Padres Luís Aparício (pároco), Victor Franco, Avelino Rodrigues e João de Almeida, e ainda os arq.ºs Erich Corsépius e Sá Dantas, foram abordados predominantemente os aspectos relacionados com a expressão dos edifícios, a organização dos acessos e o programa e soluções do Centro Paroquial.

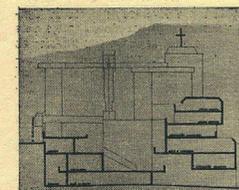
Quanto ao primeiro aspecto, foi logo referida a diferença de expressão entre os edifícios da igreja e do Centro Paroquial, para além do que poderia justificar a simples diferença de funções e de escalas; houve da parte dos autores o propósito de recortar as fachadas do Centro através de um forte jogo de claro-escuro tendente a fazer diminuir os efeitos de afrontamento resultantes da exiguidade do terreno e do partido adoptado. No entanto, foi pelos próprios autores reconhecida a validade da crítica quanto a uma diferenciação excessiva no tratamento dos volumes. A propósito, o Padre Avelino Rodrigues lembrou que o templo deve ter majestade, enquanto que os anexos da igreja e as habitações devem ter uma expressão francamente modesta.



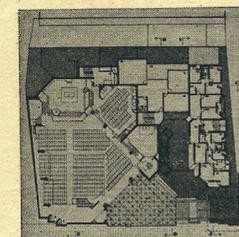
CONJUNTO DO QUARTEIRAO



VISTA SOBRE A RUA



CORTE PELO CENTRO PAROQUIAL



PLANTA AO NIVEL DA IGREJA

Analisada a seguir a solução dada aos acessos, foram referidas as objecções formuladas no meio paroquial pelos grandes desníveis a vencer, consequência em parte do próprio terreno e em parte da solução adoptada, em que se procurou, por razões de presença urbana, colocar a igreja a um nível francamente elevado; a dificuldade poderá ser atenuada mediante uma pequena rampa que estabeleça uma ligação directa entre a rua e o adro, até para facilitar o acesso a pessoas doentes ou idosas. Quanto ao adro, o arq.º Erich Corsépius sugeriu que lhe fosse dado maior resguardo e intimidade.

Entrando-se na apreciação do Centro Paroquial, logo se referiu que o programa era demasiado ambicioso para as dimensões do terreno; aliás, (segundo esclareceu o Rev.º Pároco), está já decidida a supressão de algumas das instalações pedidas, não só para aligeirar a construção, mas até porque se verifica que não são indispensáveis. Estão neste caso as residências para empregados e uma boa parte dos serviços de assistência médica e social. Por outro lado, e isto foi acentuado especialmente pelo Padre Vitor Franco, a crescente importância dos tempos livres na sociedade moderna exige cada vez um maior desenvolvimento dos espaços de convívio, especialmente para a juventude. Esta evolução não permite que se considere definitivo qualquer programa de centro paroquial, pelo que as instalações deverão caracterizar-se por uma grande flexibilidade. A propósito, chamou-se a atenção para o facto de o programa deste complexo paroquial, cuidadosamente elaborado pelo Padre Manuel Falcão, necessitar de uma actualização, pois foi feito em 1957, e desde então muita coisa mudou no que se refere às necessidades da pastoral social.

Foi objecto de particular atenção o salão paroquial, tendo sido feitos reparos à sua excessiva caracterização como sala de espectáculos; este salão deverá ser essencialmente polivalente e preparado sobretudo para reuniões de participação activa da comunidade paroquial. Por outro lado, o Padre João d'Almeida chamou a atenção para a necessidade de se poder dispor de salas de dimensão intermédia para reuniões de massa e que poderão talvez ser obtidas através da subdivisão do salão principal.

↑ ↗  
Excerto do boletim do Movimento de Renovação da Arte Religiosa, n.º15, 2ª Série (novembro de 1962). Arquivo pessoal.



↑  
A igreja em construção.  
Arquivo da ISCJ.

espaço central aberto, composto por sucessivos espaços exteriores em socalcos, por onde se fariam os acessos. Os volumes da igreja e do centro paroquial foram empurrados para a periferia do lote, sem, no entanto, que o primeiro “fosse diminuído pelo volume das instalações do centro paroquial e residências, mas que pelo contrário criasse uma presença dominante, afirmando o carácter sacro do conjunto.”<sup>59</sup>

A solução encontrada para a igreja foi bastante condicionada pela exiguidade e desnível do terreno, pelo que foi inevitável a apresentação de uma proposta em altura, com sobreposição de quatro níveis e funções, o que “permitiu, por um lado, gastar uma área de terreno relativamente reduzida, e por outro aproveitar ao máximo a altura da construção que as características altimétricas do lote autorizavam.”<sup>60</sup> No nível principal situaram-se a nave, o presbitério, o batistério e a capela lateral, enquanto por baixo destes se localizaram, com um mínimo de contiguidade espacial, a capela dos casamentos, a cripta dos altares secundários e uma capela penitencial. No piso mais inferior, já em relação com a Rua de Santa Marta, foram colocadas as capelas mortuárias. De modo a “atingir a lotação pedida no programa e que parece francamente ambiciosa para as disponibilidades do terreno”<sup>61</sup>, sem perder a “indispensável unidade da assembleia cristã reunida”<sup>62</sup>, foi implantada num nível superior uma tribuna geral, de traçado linear e envolvente, apenas alargada sobre a entrada e de um dos lados do presbitério, por cima da capela lateral.

O espaço interno da igreja foi organizado segundo dois pólos fulcrais: “o principal, constituído pelo santuário e para o qual se orienta de uma forma decisiva toda a igreja e outro, secundário, centrado no batistério e acentuado por um grande cunhal rasgado.”<sup>63</sup> A esta disposição respondeu a configuração externa da igreja, que fechou com duas paredes herméticas o canto do lote, voltando o volume para o centro do conjunto.

Inicialmente, a colaboração de artistas plásticos foi reduzida, mas considerou-se indispensável numa fase posterior em três aspetos distintos: “no da própria criação dos espaços e ambientes através do estudo cromático das superfícies e da composição e forma de certos materiais de revestimento; e no que se refere ao desenho ou fatura de peças isoladas, tais como a pia batismal, o trono de exposição, sacrário, castiçais e adereços do altar, o campanário, etc.; e finalmente nas imagens de culto, que constituem peças de certo modo autónomas.”<sup>64</sup> Foram sete as imagens consideradas, estando três delas relacionadas com altares — a do Sagrado Coração de Jesus e as da Virgem e de N. Sra. de Fátima. As restantes, duas ficariam na cripta e duas junto à entrada.

Já a via-sacra seria distribuída por um percurso desde a entrada até à capela lateral, que desceria à cripta e subiria novamente.

À semelhança da igreja, também o centro paroquial foi organizado segundo uma sobreposição dos diversos serviços devido à exiguidade do terreno disponível. Enquanto complemento da igreja, aproximava desta “alguns serviços que mais diretamente a solicitam, afastando outros que aceitam um certo isolamento ou mesmo pedem uma situação de especial recolhimento. Servem de exemplo para o primeiro caso a zona central de acolhimento e a biblioteca. Para o segundo o posto médico e o jardim-de-infância.”<sup>65</sup> De fato, o centro paroquial era composto das mais variadas funções e serviços, de que se destacavam o salão com capacidade para cerca de 600 pessoas sentadas, um espaço para convívio, instalações para a infância, juventude, organismos da Ação Católica Portuguesa, etc., e residências para o pároco, coadjutor, empregados e até para uma congregação religiosa feminina. Por esse motivo, os autores anteciparam que no desenvolvimento do trabalho “seria necessário encarar uma compressão, nomeadamente mediante o emprego para finalidades múltiplas de algumas das dependências, ou mesmo a supressão de umas tantas instalações.”<sup>66</sup>

A apresentação do anteprojeto na reunião do MRAR realizou-se com o auxílio de uma projeção de desenhos e de fotografias da maquete, e terminada esta, seguiu-se um tempo de debate, em que intervieram especialmente os padres Luís Aparício, Victor Franco, Avelino Rodrigues e João de Almeida e os arquitetos Erich Corsépius e Sá Dantas. O primeiro aspeto referido relacionou-se com a expressão dos edifícios, excessivamente diferenciados, “para além do que poderia justificar a simples diferença de funções e de escalas”<sup>67</sup>, o que foi reconhecido pelos autores. No entanto, o Pe. Avelino Rodrigues “lembrou que o templo deve ter majestade, enquanto os anexos da igreja e as habitações devem ter uma expressão francamente modesta.”<sup>68</sup> Analisaram-se depois os acessos, sobre os quais se referiram as objeções levantadas pelos paroquianos aos grandes desníveis a vencer, inclusive para se aceder à igreja, dificuldade que poderia ser resolvida através da introdução de uma rampa que ligasse diretamente a rua ao adro.

De seguida, apreciou-se o programa do centro paroquial, unanimemente considerado como demasiado ambicioso para as dimensões do terreno, tendo o pároco esclarecido que iriam ser suprimidas algumas das instalações pedidas, como as residências para empregados e parte dos serviços de assistência médica e social, não só para aligeirar os custos da construção, mas também porque entretanto se verificara que não eram indis-

pensáveis. O Pe. Vítor Franco afirmou, então, que a crescente importância dos tempos livres não permitia que se considerasse definitivo qualquer programa de centro paroquial, enquanto o Pe. João de Almeida chamou a atenção para a necessidade de existência de salas de dimensão intermédia, que poderiam ser obtidas pela subdivisão de outras. Pediu-se por isso uma grande flexibilidade para os espaços do centro e em particular para o salão paroquial, que deveria ser menos sala de espetáculos e mais salão polivalente.

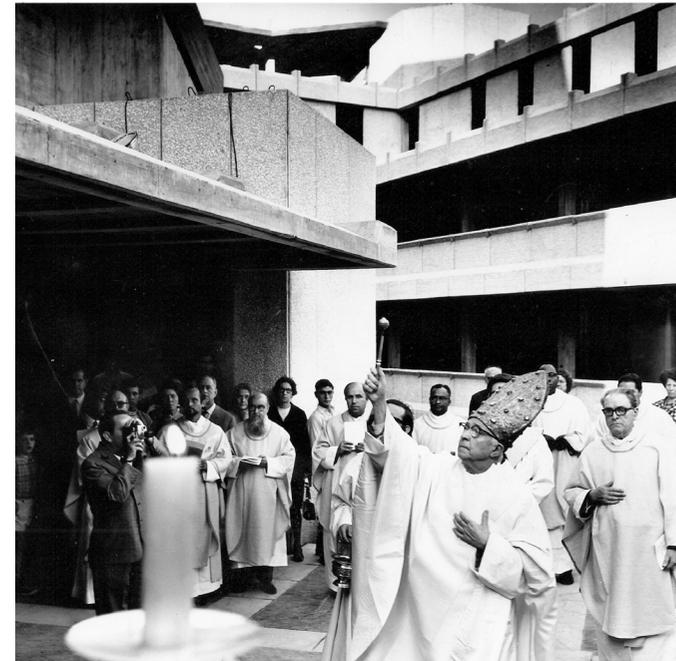
Por fim, debateu-se a organização interna da igreja, começando pelo desnível entre a capela secundária e a nave principal, tendo-se centrado a troca de impressões no problema pastoral provocado pelo grande número de casamentos que se realizavam nas manhãs de domingo e que perturbavam a atenção dos fiéis que participavam na missa paroquial. Dado o adiantado da hora, a discussão teve de ser interrompida, mas como existiam ainda numerosos tópicos a discutir, foi decidido que a próxima reunião de estudo seria novamente sobre este anteprojeto.

No dia 4 de dezembro, o MRAR voltou a encontrar-se numa nova reunião de estudo, agora orientada por António de Freitas Leal, que contou com a intervenção dos padres João de Almeida, Henrique Noronha de Galvão, Victor Franco, João Pimenta, Avelino Rodrigues e Luís Aparício. Cumprindo o propósito de debater aspetos relativos ao interior da igreja, foram comentados diferentes tópicos, como a solução dada ao batistério — cuja abertura para o espaço da igreja e presença exterior foram consideradas insuficientes —, as aberturas para a cripta, a tribuna geral e balcões, a exposição eucarística — que deveria realizar-se sobre o altar, pois a custódia poderia ficar sem expressão se colocada na grande parede de fundo —, ao coro dos cantores — com dimensão insuficiente — e ao órgão — mal localizado. Abordou-se também a hipótese e os riscos da escolha de uma pintura figurativa para a parede envolvente do santuário, tendo os autores sugerido um tratamento da parede que criasse uma superfície rica em contrastes claro-escuro, tirando proveito da iluminação zenital. Por último, trocaram-se impressões sobre a colocação das imagens previstas no anteprojeto, tendo o Pe. João de Almeida defendido ser indispensável um programa iconográfico bem definido.

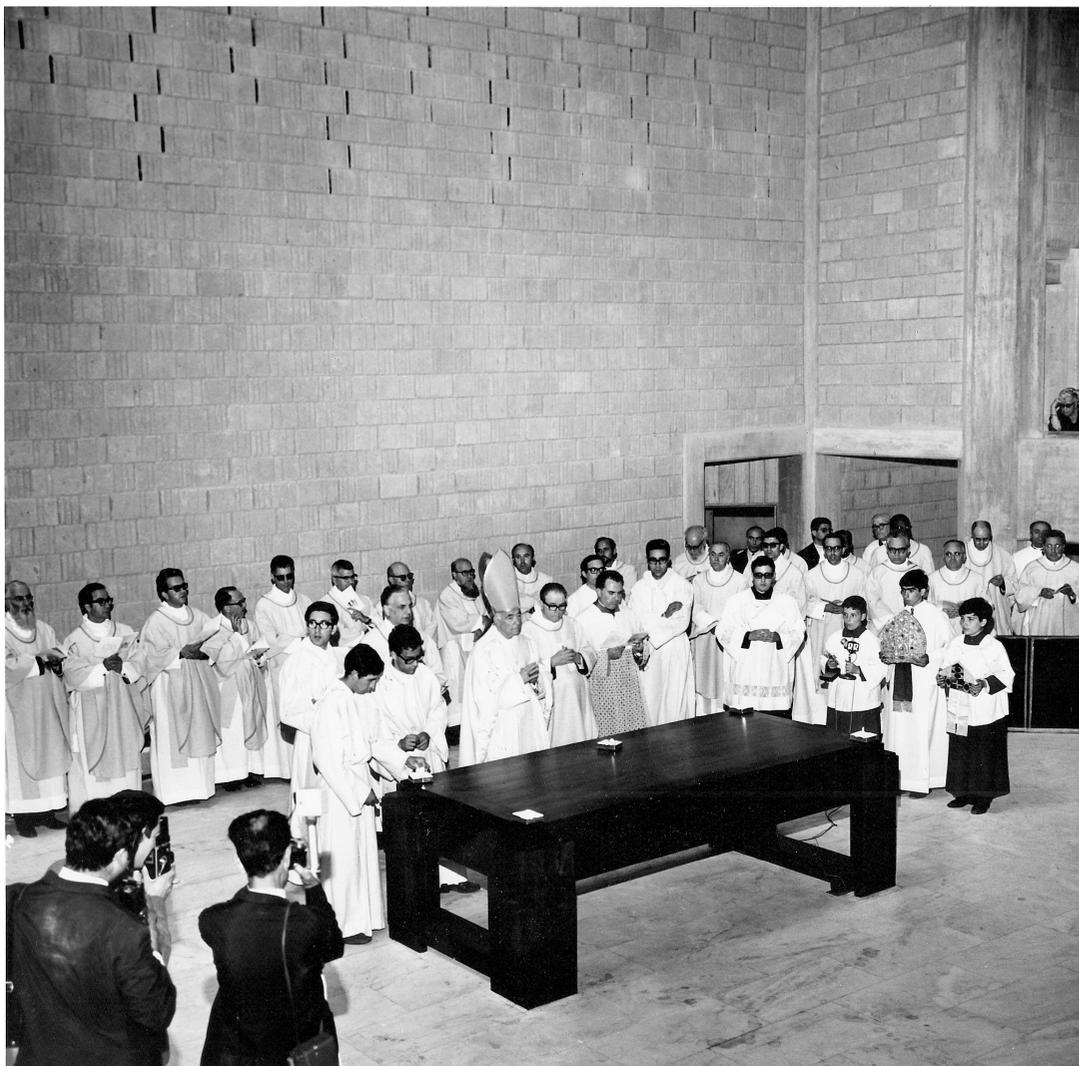
Ainda em 1962, o anteprojeto vencedor do concurso foi entregue pelos autores na Câmara Municipal de Lisboa, que o aprovou no ano seguinte com algumas retificações. Revisto o programa e o anteprojeto, foi entregue o projeto geral a 25 de março de 1964, que apresentou algumas melhorias decorrentes de um maior desafogo conseguido no pátio central. Em 1965 foi



↑  
O Cardeal-Patriarca  
D. Manuel G. Cerejeira  
abençoa a primeira pedra  
da igreja (22 de maio de  
1966). Arquivo da ISCJ.



↑  
Cerimónia de dedicação  
da igreja presidida pelo  
Cardeal-Patriarca D. Manuel  
G. Cerejeira (19 de junho  
de 1970). Arquivo da ISCJ.



↑  
Dedicação da igreja  
e sagração do altar  
(19 de junho de 1970).  
Arquivo da ISCJ.

adjudicada a obra de construção das fundações, mas a cerimónia de lançamento da primeira pedra realizou-se apenas no dia 22 de maio de 1966. Poucos meses depois foi concluído o projeto definitivo e adjudicada a obra de construção da primeira fase — igreja, sacristias, cartório paroquial, capelas mortuárias e salão —, que se iniciou no ano seguinte.

## 8. Inauguração e avaliação

A igreja do Sagrado Coração de Jesus foi benzida a 19 de junho de 1970 e aberta à comunidade dois dias depois, numa missa concelebrada em que, na homilia, D. Manuel Falcão salientou a importância da obra, “exemplo flagrante daquilo que deve ser um templo”<sup>69</sup>, “considerando-a um produto conciliar, uma vez que o Concílio Vaticano II deu nova atualidade ao sentido de novidade dentro da igreja.”<sup>70</sup> As palavras do bispo auxiliar de Lisboa eram testemunho direto de quem acompanhara e dinamizara juntamente com o pároco todo o processo, da conceção urbanístico-pastoral à elaboração de um programa, amplo e diversificado, que se queria aberto a toda a cidade ultrapassando os limites da própria paróquia. O jornal *Novidades*, afirmou que “a preocupação dos artistas que conceberam a nova igreja do S. Coração de Jesus foi precisamente a de fazerem um templo segundo as indicações do Concílio Ecuménico. E ninguém dirá que não o conseguiram. Tudo ali é amplo e funcional. Milhares de toneladas de cimento armado tomaram forma, erguendo-se em paredes e colunas a que não faltam majestade e sobriedade. Paira no grandioso recinto o espírito de ‘pobreza evangélica’, que melhor afirma a dignidade da sua função. É um templo da hora, em que as almas se sentirão livres de tudo o que poderia distraí-las do centro [e] o centro é o altar.”<sup>71</sup>

Foram vários os órgãos de comunicação social que noticiaram de perto a inauguração da igreja do Sagrado Coração de Jesus, apresentando-a como um “novo templo, moderno, funcional, amplo e digno”<sup>72</sup> ou um “templo de linhas modernas e arrojadadas, numa feliz criação dos arquitetos Nuno Portas e Teotónio Pereira.”<sup>73</sup> Para o *Boletim Diocesano de Pastoral*, a nova igreja fora “a primeira igreja paroquial a ser cuidadosamente programada. O esforço conjunto de vários membros do Movimento de Renovação da Arte Religiosa e daqueles que haviam de estar mais ligados ao Secretariado das Novas Igrejas e Comissão de Arte Sacra, esse esforço, em que participaram naturalmente o pároco e paroquianos mais empenhados, levou à elaboração de um programa que durante vários anos iria inspirar muitos outros programas de igrejas no Patriarcado e mesmo fora.”<sup>74</sup> Por este

motivo, mas também “pelas suas dimensões, pela arquitetura, pelas suas características e pela própria história da sua construção, ficará a ser uma das igrejas mais importantes da capital.”<sup>75</sup>

A sua importância era de fato inegável e por esse motivo o jornal *A Capital* publicou nas suas páginas, um mês depois da inauguração, um longo artigo de Pedro Vieira de Almeida a ela dedicado. Depois de afirmar que a igreja passara a sua prova mais decisiva — “a da possibilidade de apropriação”<sup>76</sup> — o arquiteto apontou vários outros aspetos positivos: “a integração urbana não só como objeto, mas como espaço urbano recuperado, a rua de peões, o desenvolvimento dado aos espaços de atividades que em princípio devem poder propor uma enorme vitalidade ao conjunto, a gradação de intimidade dos espaços exteriores que introduzem uma progressiva calma no bulício do trânsito, preparando o ato de entrar.”<sup>77</sup> No entanto, preferiu desenvolver aquilo que chamou de ‘proporção semântica’ do espaço interior da igreja, equilíbrio consistente entre os volumes internos “que permite uma situação rara no tratamento destes ambientes: o estar preparado para receber simultaneamente as grandes assembleias sem dar a sensação de superlotado e ser suficientemente acolhedor para que pequenos grupos se não sintam perdidos.”<sup>78</sup>

Para Pedro Vieira de Almeida, o interior da igreja do Sagrado Coração de Jesus era a parte mais forte da obra, resultado “do crescer da arquitetura de dentro para fora que se por um lado é uma qualidade classicamente arquitetónica, por outro resulta neste projeto menos qualificada na medida em que o espaço exterior pretende ser tão ativo, tão protagonista quanto o espaço interior.”<sup>79</sup> E este era um aspeto paradoxal da igreja, que apesar de ter como uma das linhas mestras do projeto a “proposta particular de um espaço exterior progressivamente interiorizado, modelado e intencionalmente rico, parece-me que de fato ele acabou tendo uma menor qualidade geral que o espaço interno.”<sup>80</sup> Esta situação era devida a uma elaboração do projeto que se arrastou por quase dez anos “com variadíssimos colaboradores que melhor ou pior e em maior ou menor grau contribuíram para a sua definição formal”<sup>81</sup>, dando origem a zonas “que servem para ‘atar’ os diferentes compromissos formais.”<sup>82</sup>

Também para Nuno Portas, a longa duração do projeto foi “responsável pelo excesso de sinais com comprimentos de onda diferentes (...) Ao longo dos dez anos de projeto muitos contribuíram e o over-design que tem sido apontado tem a ver com essas múltiplas prestações que se foram acumulando naquele espaço (...). De qualquer modo, para o bem e para o mal, foi talvez a obra em que eu próprio desenhei mais (painéis, grades, altares,

mármore, etc.). Aí se refletem, de forma algo eclética, arquiteturas de lá de fora que nessa altura me interessavam muito — como a obra de Scarpa (...). O ‘brutalismo’ na sua versão menos agressiva do ‘Economist’ dos Smithson ou da biblioteca e primeira igreja do Kahn. E, em pano de fundo, o meu mestre da fase escolar (Frank Lloyd Wright) e os realistas italianos (Ridolfi, Quaroni).”<sup>83</sup> Por isso, na verdade, para Nuno Portas “a igreja é tudo menos minimalista e se peca por alguma coisa será por excesso de sinais.”<sup>84</sup>

Pedro Vieira de Almeida voltaria ao tema nas páginas da revista *Arquitectura*, num artigo que recuperou os tópicos apresentados em *A Capital*. Ali reconheceu que “visitar hoje a igreja do S. Coração para quem a tem vindo a observar à medida que vai sendo construída, constitui uma confirmação, (...) confirmação da larga qualidade do projeto.”<sup>85</sup> E isso era tanto mais verdade quanto se comparasse o anteprojeto apresentado no concurso com o edifício realmente construído, pois verificava-se que entre os dois existia uma grande proximidade e identidade, apenas com duas alterações de maior significado “e que convém referir: uma alteração na estrutura de suporte da cobertura (...) e uma alteração do santuário que se veio a organizar de maneira mais aberta (...) e que teve como consequência um maior alargamento e interligação espaciais no interior, desfazendo espaços-núcleo demasiado fortes e valorizando os espaços complementares que entre eles se desenvolvem.”<sup>86</sup>

Nesse mesmo número da revista *Arquitectura*<sup>87</sup> foi também publicado, para além de várias imagens da igreja, o testemunho de Nuno Portas, que começou por afirmar que aquela obra era uma ‘modesta utopia da realidade’, fruto de “uma crença intervencionista que lutava sobre os programas mas mais ainda sobre a forma como a linguagem os interpretava, ou seja, que lutava para introduzir ‘sinais’ não-pedidos que criassem outra perspectiva aos programas ‘dados’.”<sup>88</sup> Décadas mais tarde recordaria “a importância que dávamos ao trabalho sobre o programa. (...) Na fase em que concorremos à igreja do Sagrado Coração de Jesus o programa discutiu-se muito — era como a preparação de um manifesto — quer quanto ao que queríamos que fosse uma igreja central encaixada numa malha feita, quer quanto ao que devia ser o espaço interno da igreja propriamente dita. E enquanto discutíamos o ‘organismo urbano’ aberto a passantes (...) e o ‘anfiteatro envolvente’ que devia ser o templo — eu fui produzindo esboços (...) e ia-os mostrando. Eles viam, criticavam ou apoiavam, aprofundava-se o programa em face do que se desenhava (tal como se desenhava em face do que se discutia). O que quer dizer que o programa era central mas não anterior ao desenho: era paralelo, era interativo.”<sup>89</sup>

Aquele foi também um tempo em que “o nosso grupo se tinha envolvido numa procura sobre a habitabilidade não racionalista e a procura do ‘espaço interno’ e da ‘integração’ ambiental em tecidos urbanos (...), ocasião para contestar uma certa linha moderna de fazer igrejas mantendo-as edifícios singulares rodeados de vazios, rompendo a continuidade do espaço urbano.”<sup>90</sup> Deste modo, o “edifício no seu conjunto foi concebido como um multiusos, do qual o escadório central funciona como se fosse um ‘mall’.”<sup>91</sup> O maior protagonismo foi naturalmente dado a esta rua-escadório, espaço de distribuição e de estar que esperavam que mudasse as “formas de apropriação e uso pelos seus habitantes, paroquianos e passantes; que estimulasse o inventar coisas a fazer nele passando de sacro a profano e de profano a ‘novos sacros’.”<sup>92</sup>

Em declarações à revista espanhola ARA – *Arte Religiosa Atual*, Nuno Portas afirmou que acreditava que, “com o edifício em pleno funcionamento, o conjunto resultará num minicentro urbano, aberto e não marcadamente religioso.”<sup>93</sup> Já Nuno Teotónio Pereira revelou que “considerava alcançado o sentido que quiseram dar a esta obra, sentido de abertura à cidade e não de ‘gueto’, com vida intensa e multiforme.”<sup>94</sup> A sugestão feita por Pedro Vieira de Almeida no final do seu artigo na revista *Arquitectura* era, por conseguinte, pertinente: devia aproveitar-se o centro paroquial para a realização de atividades que nada tivessem a ver com a igreja, pois “a uma igreja que arquitetonicamente se abre para a cidade parece legítimo propor que a cidade se introduza no seu organismo.”<sup>95</sup>

A igreja do Sagrado Coração de Jesus marcou de forma significativa o percurso profissional dos seus autores que, naquela década, projetaram ainda o mosteiro de Sassoeiros (1959–68) e os complexos paroquiais de Nossa Senhora da Assunção (Almada, 1962–1969) e de São Sebastião da Pedreira (Lisboa, 1967–1971)<sup>96</sup>. Foi, de fato, a obra que coroou a arquitetura religiosa pensada e construída em Portugal durante a década de 1960, e por esse motivo tem atraído, desde então, a atenção e interesse de estudiosos, nacionais e internacionais, e outros autores que sobre ela escreveram e publicaram. Largamente celebrada e premiada, desde logo, em 1976, com o Prémio Valmor atribuído pela Câmara Municipal de Lisboa, a igreja do Sagrado Coração de Jesus recebeu o reconhecimento maior em 2010, quando foi classificada como Monumento Nacional. E assim se revelou que o complexo paroquial continua disponível, tal como no primeiro dia, para ser apropriada pelas pessoas.

## Notas

1. *Peregrinações em Lisboa*, Volume 14, p.90.
2. O Pe. Luís Aparício (1915–1971) formou-se no Seminário dos Olivais e foi ordenado pelo cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira em 1938. Do seu percurso individual destaque-se o trabalho no Patriarcado de Lisboa, nomeadamente como pároco em Torres Novas e Santarém. Foi também um profundo entusiasta dos movimentos da Ação Católica. Para mais informações, ver BICHO, Joaquim Rodrigues, “A igreja em Torres Novas no século XX”, Torres Novas, (2008), pp. 177–179.
3. *Remodelação Paroquial da cidade de Lisboa*, Decreto Patriarcal de 25 de março (1959).
4. Atente-se, por exemplo, à nova centralidade riscada pelo arquiteto Carlos Ramos na praça Marquês de Pombal, um moderno centro de negócios e escritórios bem próximo da futura igreja do Sagrado Coração de Jesus.
5. LEAL, António Freitas, Sé de Aveiro, *MRAR – Boletim*, 1ª Série, n.º3, (dez. 1957), p.3.
6. PEREIRA, Nuno Teotónio, Concurso de anteprojetos para a nova igreja do S.S. Coração de Jesus, *MRAR – Boletim*, 1ª Série, n.º3, (dez. 1957), p.2.
7. LEAL, António Freitas, [Carta para a imprensa], [Curso de Arquitetura Sacra], (19 dez. 1957), p.1.
8. SANTOS, José Maya, Curso de Arquitetura..., p.35.
9. Nem tudo é fado..., *Diário de Lisboa*, (6 jan. 1958).
10. PEREIRA, Nuno Teotónio, Concurso de anteprojetos para a igreja do S. Coração de Jesus, *MRAR – Boletim*, 1ª Série, n.º4, (abr. 1958), p.1.
11. SANCHEZ, Sebastião Formosinho, *Sugestão para a distribuição de volumes – Memória Descritiva*, (dez. 1958), p.1.
12. *Ibidem*, p.2.
13. [MRAR], Noticiário, *MRAR – Boletim*, 2ª Série, n.º4, (set. 1961), p.2.
14. [MRAR], Concurso de anteprojetos para a igreja paroquial do SS. Coração de Jesus e seus anexos, em Lisboa, *MRAR – Boletim*, 2ª Série, n.º6, (nov. 1961), p.2.
15. Este viria a ser substituído pelo arquiteto Francisco Conceição Silva.
16. *Programa de construção da igreja paroquial do SS. Coração de Jesus e de seus anexos*, [S.l.: s.n.], (1961), p.3.
17. *Ibidem*, p.4.
18. *Ibidem*, p.3.
19. *Ibidem*.
20. *Ibidem*, p.7.
21. *Ibidem*, p.4.
22. [MRAR], Concurso de anteprojetos para a igreja do SS. Coração de Jesus, *MRAR – Boletim*, 2ª Série, n.º7, (dez. 1961), p.2.
23. [MRAR], Noticiário, *MRAR – Boletim*, 2ª Série, n.º10, (mar. 1962), p.2.
24. [MRAR], Concurso de anteprojetos para a igreja do SS. Coração de Jesus, em Lisboa, *MRAR – Boletim*, 2ª Série, n.º12, (mai.-jun. 1962), p.2.
25. [Catálogo] *Igreja do Sagrado Coração de Jesus – Exposição dos anteprojectos apresentados a concurso*, [s.n.], Lisboa, (1962), p.11.
26. *Ibidem*.
27. *Ibidem*, p.15.
28. *Ibidem*.
29. *Ibidem*, p.17.
30. *Ibidem*, p.18.
31. *Ibidem*, p.11.
32. *Ibidem*.
33. *Ibidem*.
34. *Ibidem*, p.19.
35. *Ibidem*.
36. *Ibidem*, pp.19–20.
37. *Ibidem*, p.20.
38. *Ibidem*.
39. *Ibidem*, pp.11–12.
40. Receberam uma compensação pela participação, os trabalhos n.º3, dos arquitetos Manuel Alzina de Menezes, Maria Teresa Capucho e Clementino Rodrigues; n.º4, do arquiteto José Costa Silva e do engenheiro Inácio Francisco da Silva; n.º6, dos arquitetos José Luís Zúquete e José Bruschy e do engenheiro João de Barahona Nuncio; n.º7, do arquiteto Manuel Travassos Valdez; n.º8, dos arquitetos José Guilherme Ferreira da Silva e Augusto Lopes Galvão, do engenheiro Joaquim Lucas e do escultor Joaquim Correia; n.º9, do arquiteto Luís Fernandes Pinto; n.º13, dos arquitetos David Alberto Caravana e José Luís Porto, do engenheiro Manuel de Andrade, do agente técnico António Ferreira e do pintor António Coelho Figueiredo. Os trabalhos n.º2, do arquiteto João Correia Rebelo, e n.º14, do arquiteto João Castel-Branco, foram excluídos por terem sido detetadas faltas ao Regulamento do concurso.
41. *Programa de construção da igreja paroquial...*, (1961), p.3.
42. CARAVANA, David, PORTO, José Luís, A propósito do concurso de anteprojetos da igreja do Sagrado Coração de Jesus, *Diário Popular*, (22 out. 1962), p.6.
43. RODRIGUES, Avelino, A nova igreja do Coração de Jesus pretende ser o último fruto dos movimentos de renovação litúrgica e artística, *Diário Popular*, (1 nov. 1962), p.11.
44. *Ibidem*.
45. *Ibidem*.
46. *Ibidem*.
47. *Ibidem*, p.14.
48. CARAVANA, David, PORTO, José Luís, O concurso de anteprojetos da igreja do Sagrado Coração de Jesus, *Diário Popular*, (11 nov. 1962), p.17.

49. *Ibidem*.
50. *Ibidem*.
51. Concurso de Anteprojetos para a igreja paroquial do Sagrado Coração de Jesus e seus anexos, Lisboa, *Arquitetura*, n.º76, (out. 1962), pp.11-30.
52. A renovação da arte sacra em Portugal – O concurso de anteprojetos para a Igreja do Sagrado Coração de Jesus marca um ponto de viragem na nossa arquitetura religiosa, *Jornal de Letras e Artes*, (1 ago. 1962), p.8.
53. Declarações do Júri – Declarações do arquiteto Octávio Filgueiras, *Jornal de Letras e Artes*, (1 ago. 1962), p.9.
54. APARÍCIO, Pe. Luís Martins, Visitantes ilustres, *A nossa igreja*, (out. 1962), p.5.
55. [MRAR], Exposição dos anteprojetos apresentados ao concurso da nova igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Lisboa, *MRAR – Boletim*, 2ª Série, n.º14, (set.-out. 1962), p.2.
56. [MRAR], Próxima reunião, *MRAR – Boletim*, 2ª Série, n.º14, (set.-out. 1962), p.2.
57. PORTAS, Nuno, [Manuscrito] [Estudo do programa do concurso para a igreja do Sagrado Coração de Jesus], 1962, p.1.
58. PEREIRA, Nuno Teotónio, PORTAS, Nuno, *Anteprojecto da igreja do Sagrado Coração de Jesus – Memória Descritiva*, (1962), p.1.
59. *Ibidem*, p.2.
60. *Ibidem*, p.4.
61. *Ibidem*, p.5.
62. *Ibidem*.
63. *Ibidem*, p.6.
64. *Ibidem*, p.13.
65. *Ibidem*, p.14.
66. *Ibidem*, p.3.
67. [MRAR], Reunião de estudo – resumo do debate, *MRAR – Boletim*, 2ª Série, n.º15, (nov. 1962), p.1.
68. *Ibidem*.
69. A solene abertura ao culto da nova paroquial do S. Coração de Jesus, *Novidades*, (22 jun. 1970), p.2.
70. Aberta ao culto a nova igreja do Coração de Jesus, *Diário Popular*, (21 jun. 1970), p.8.
71. A nova paroquial do S. Coração de Jesus, *Novidades*, (21 jun. 1970), p.3.
72. A nova igreja da freguesia do Coração de Jesus foi ontem solenemente benzida pelo Cardeal-Patriarca de Lisboa, *Diário de Notícias*, (20 jun. 1970), p.16.
73. Aberta ao culto a nova igreja do Coração de Jesus, *Diário Popular*, (21 jun. 1970), p.8.
74. Solenemente inaugurada a nova igreja do Sagrado Coração de Jesus, *B.D.P. – Boletim Diocesano de Pastoral*, Ano III, n.º25-26, (mai.-jun. 1970), p.11.
75. *Ibidem*.
76. ALMEIDA, Pedro Vieira de, Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1), *A Capital – Suplemento Literatura e Arte*, (22 jul. 1970), p.1.
77. *Ibidem*, p.8.
78. *Ibidem*.
79. ALMEIDA, Pedro Vieira de, Igreja do Sagrado Coração de Jesus (2), *A Capital – Suplemento Literatura e Arte*, (29 jul. 1970), p.8.
80. *Ibidem*.
81. *Ibidem*.
82. *Ibidem*.
83. PORTAS, Nuno, Sobre o método e os significados no atelier Nuno Teotónio Pereira / Nuno Portas [fev. 1992], *Arquitetura(s): teoria e desenho, investigação e projeto*, FAUP Publicações, (2005), p.234.
84. PORTAS, Nuno, A igreja do Sagrado Coração de Jesus vista por Nuno Portas, *Público – Suplemento Mil Folhas*, (26 jun. 2004), p.6.
85. ALMEIDA, Pedro Vieira, Duas igrejas: Sagrado Coração de Jesus e Paroquial de Almada, *Arquitetura*, n.º123, (set.-out. 1971), pp.163-164.
86. *Ibidem*, p.164.
87. Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Lisboa, *Arquitetura*, n.º123, (set.-out. 1971), pp.165-170.
88. PORTAS, Nuno, Testemunho de um dos autores, *Arquitetura*, n.º123, (set.-out. 1971), p.171.
89. PORTAS, Nuno, Sobre o método e os significados..., p.233.
90. *Ibidem*.
91. PORTAS, Nuno, A igreja do Sagrado Coração de Jesus vista por Nuno Portas, *Público – Suplemento Mil Folhas*, (26 jun. 2004), p.6.
92. PORTAS, Nuno, Testemunho..., p.171.
93. PORTAS, Nuno, Opinam los arquitetos, *ARA – Arte Religioso Atual*, Ano VII, n.º26, (out.-dez.1970), p.160.
94. PEREIRA, Nuno Teotónio, Opinam los arquitetos, *ARA – Arte Religioso Atual*, Ano VII, n.º26, (out.-dez. 1970), p.160.
95. ALMEIDA, Pedro Vieira, Duas igrejas..., p.164.
96. Os dois primeiros parcialmente construídos, o terceiro projeto acabaria por ser abandonado.

# ACTA DO JÚRI

Júlia Guedes

Octávio Lixa Filgueiras

Sebastião Formosinho Sanchez

Francisco Conceição Silva

João de Almeida